CPB — Notícias

ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO DE PROFESSORES DO BRASIL

ANO 4 — SETEMBRO/OUTUBRO DE 1983 — Nº 15

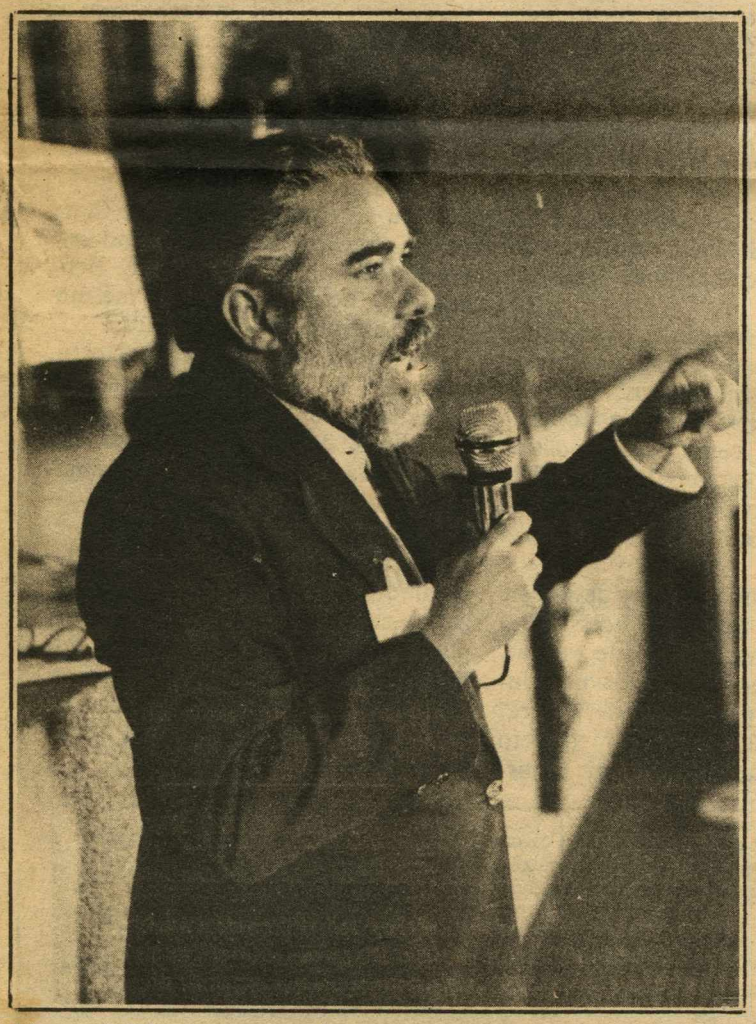
A CPB e o CONCLAT

(Leia o Editorial — Pág. 2)

☆ ☆ ☆ ☆

Acontece pelo Brasil

(p. 2)



Moacyr de Góes em recente palestra

Neste número: Entrevista com Moacyr de Góes

(p.3)

Em pauta: alfabetização

Não pode restar dúvida a ninguém que, num país onde mais de 25% da população adulta permanece analfabeta, a principal prioridade nos planejamentos governamentais e na linha de ação de qualquer entidade de professores deve ser a questão educacional e, dentro dela, o problema da educação fundamental e da alfabetização. Toda vez que um povo pretendeu iniciar a caminhada rumo à sua própria emancipação, alfabetizar as massas e garantir escola pública gratuita para todas as crianças colocou-se como meta primordial. Assim foi na França da Revolução de1789 (que criou a figura da educação como **direito**), assim foi na Cuba dos anos 60, assim está sendo na Nicarágua e nas jovens nações africanas.

Soberania popular, igualdade de direitos, são impensáveis numa sociedade que não garante escola básica. No Brasil, o fato de que as décadas passam e não se garante este direito, pode ser debitado ao sistema autocrático e antipopular que tem prevalecido na organização política e econômica do País. Lutar por mais verbas para a educação, pela priorização do ensino fundamental sem prejuízo dos demais níveis, pela garantia do acesso e permanência à escola pública de **todas** as crianças em idade escolar são aspectos de uma luta muito mais ampla, e urgente, contra a miséria, a injustiça, a excludência, o elitismo, o obscurantismo e a violência que sempre caracterizaram nossa sociedade, particularmente a relação entre o Estado e a maioria do povo.

Para nós, professores, vale ressaltar a compreensão de que o engajamento de todos nas lutas pela escola pública passa também pela afirmação dos direitos profissionais de nossa categoria. Se atentarmos para a situação dos professores primários em nosso País, constataremos que há uma verdadeira conspiração contra o ensino básico e seus profissionais. Do ponto de vista salarial, a situação é triste e francamente criminosa no caso de Governos estaduais e municipais que não pagam sequer salário mínimo. Do ponto de vista de carreira, cria-se uma situação em que o profissional é obrigado ou a abandonar a sala de aula, ou a tentar "promover-se" a professor de ensino médio. Mesmo socialmente, há o problema cultural da desvalorização da mulher refletindo-se sobre a profissão de professor primário, eminentemente feminina.

As entidades de professores filiadas à CPB, atentas a esta problemática e sintonizadas com uma preocupação que é também da CMOPE (o leitor poderá ler informe sobre isto na pág. 4), vem iniciando um trabalho voltado para a mobilização e conscientização do professor primário em torno de suas questões funcionais e educacionais. No Rio Grande do Sul, o CPERS criou uma **Comissão de Valorização Profissional dos Professores de Pré-Escola e da 1.ª a 4.ª séries**. Esta Comissão já realizou um Iº Encontro de Alfabetizadores, cujo documento conclusivo foi enviado pelo CPERS a todas as escolas do Estado. Nele, são abordados temas como "Uso da cartilha", "Avaliação", "Metodologia" e "Valorização". Também no Rio de Janeiro, o C.E.P. criou a sua **Comissão de Professores IV,** que, em pouco mais de três meses de trabalho, já aglutina um grupo de discussões bastante ativo e teve uma participação decisiva no Encontro de Alfabetizadores promovido pela Secretaria Municipal do RIO, inclusive através de um documento escrito, que acabou servindo de base à discussão em diversos grupos de trabalho do Encontro oficial.

CPB-Notícias traz neste número, além do informe da CMOPE sobre Alfabetização, uma entrevista com Moacyr de Góes, protagonista de uma experiência de Alfabetização realizada em Natal, antes de 64, experiência esta que é uma (dentre tantas) demonstração de que o problema da educação básica só pode ser resolvido através de uma forte mobilização de cunho democrático e popular.

Tudo pronto para o Congresso de janeiro

Labim/UFRN

ACONTECE PELO BRASIL

Minas Gerais: com as paralisações de 15 de maio e 11 de junho, a APPMG conseguiu que o governo criasse uma Comissão Especial, integrada por representantes dos órgãos governamentais e de entidades do magistério (UTE) (APPMG) viabilizando o Acesso e a Progressão Horizontal, que serão automáticas e retroagirão a 1977; entre outras conquistas, destacam-se a anistia para os grevistas de 1980; o pagamento de 5% de incentivo à regência e a nomeação para os concursados de 1º e 2º graus.

Em 29 de setembro, foi realizada a paralisação de um dia do professorado mineiro, visando o aumento do índice de 30% imposto pelo governo de MG que consegue ficar abaixo do já arbitrário Dec. Lei 2045; busca o professorado mineiro um aumento de 60% e o pagamento integral do 13º salário; a paralisação contou com mais de 60% do apoio da classe, mobilizando a grande Belo Horizonte , Uberaba, Governador Valadares, Juiz de Fora e demais cidades mineiras. Na cidade de Passos, sudoeste de MG, os professores estão em greve desde 29 de setembro, face a atitude arbitrária do Presidente da Câmara, em tornar-se diretor de Escola, sem mesmo ser professor; a APPMG já contratou o secretário de Educação, que mostrou-se favorável aos professores, e estão aguardando o pronunciamento do governador mineiro para dar fim ao impasse, sendo que, até lá, os professores permanecerão em justa greve.

Paraná: através de uma Comissão Mista partidária-Governo, Funcionários Públicos Estaduais, sob a coordenação do secretário de Educação e do Presidente da APP, conquistou-se o 13º salário a partir de 1983, o reajuste semestral e o percentual de 47,5% de reajuste para o magistério.

Piauí: foi recebida em audiência pelo Prefeito e pelo secretário de Administração a diretora da CERMAP; com o prefeito tratou entre outros assuntos da realização de concurso público, a elaboração do Estatuto do Magistério e redistribuição dos professores; com o secretário de administração solicitou a correção dos proventos dos inativos equiparando-os aos da ativa. A Diretoria da APEP solicitou ao Governo do Estado a renegociação da dívida contraída junto ao BEP, estimada em mais de 60 milhões e agravada pelo corte do desconto em folha pelo Governo, além da crescente inflação *** O Piauí esperava para 15 de outubro o enquadramento à título precário de 10.000 professores — promessa do Governo. *** Realizou-se, entre 13 e 15 de outubro, o III Encontro Estadual de Professores, evento unitário, promovido pela Associação de Profs. do Estado do Piauí (APEP) e Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense (CERMAP), com a participação do Sindicato e da Associação de Docentes.

Direções renovadas: Em MATO GROSSO, tomou posse em 29/6 a nova Diretoria da AMP (Associação Mato-Grossense de Professores), presidida pela Profª. Senhorinha Ana Alves de Oliveira. No MARANHÃO, a chapa União, encabeçada pelo Prof. Antônio Anacleto, venceu as eleições para a APEMA, para o biênio 83-85. Em BRASÍLIA, elegeu-se, como Presidente da nova Diretoria do Sindicato de Professores, o Prof. Libério Pimentel (teve 6.128 votos). A chapa dois teve 1.264 votos. Votaram nada mais nada menos que 90% dos professores sindicalizados.

São Paulo se organiza: Este ano, em S. Paulo, o professorado antecipou-se e mobilizou-se para a Campanha Salarial de 1984, realizando em 3 de setembro uma Assembléia que preparou a intervenção da APEOESP na questão do orçamento estadual. *** Nesta mesma Assembléia discutiu-se o Congresso do funcionalismo. *** E sendo Congresso o assunto, para outubro estava marcado o 2º Congresso Estadual de Educação, evento unitário, congregando diversas entidades de magistério e educação, visando consolidar um forum permanente de debates educacionais entre as entidades representativas da área.

Rio Grande do Sul: A direção do CPERS coloca as propostas de luta da entidade: eleição dos diretores de escola, segundo projeto elaborado por Comissão Mista CPERS/SEC — questão que para o professorado gaúcho não é nova: em 1966 houve decreto assegurando esse direito, logo revogado; 2,5 salários mínimos a partir de 1º de janeiro de 1984, conforme cláusula quarta do acordo de 1980; reajuste semestral a partir de 1984; 13º ainda em 83. O **Magister** (órgão oficial do CPERS) de setembro traz avaliação da Diretoria e dos conselheiros do CPERS, dando como insatisfatórias as conversações mantidas com o Governo de Jair Soares. Nada de concreto foi acertado entre Governo e entidade e até mesmo um retrocesso é assinalado pelo jornal do CPERS, no que tange à eleição dos diretores de escolha. *** O CPERS está organizando Encontros e Seminários pelo interior, sob o tema **Educação e Realidade**, num total de mais de 15 eventos. *** Está circulando o nº 1 dos **Cadernos de Educação**, publicados pela Comissão de Educação do CPERS. Traz o material referente ao IIIº Encontro Estadual de Educação, realizado no RS em 82. O **Caderno** transcreve a fala de abertura da Profª. Zilah Mattos Totta e as palestras dos profs. Moacyr de Góes e Maria Helena Silveira. *** Maria Helena Silveira volta ao Rio Grande no dia 27/10, agora na programação do 4º Encontro. Este ano o tema é **Política Educacional e Organização de Professores**, vai de 26 a 28 de outubro, e tem como debatedores Carlos Lessa (economista), Luís Antônio Cunha, Celso Ferreti, Marília P. Sposito, Ana Lúcia Faria, Italo Moriconi, Niso Prego e Hermes Zaneti.

Rio de Janeiro: Entra em fase final o processo de legalização do C.E.P.-RJ. Já tramita na Vara de Registros Públicos o pedido da entidade. O acórdão do Tribunal de Justiça do Estado revogando a obstrução do pedido de registro saiu no D.O. de 5 de agosto. *** O C.E.P. reuniu este ano mais de 4 mil professores do interior fluminense, numa série de Encontros Regionais de Educação, organizados ao longo do primeiro semestre deste ano. Dois destes Encontros, o de Macaé e o do Sul Fluminense (realizado em Barra Mansa), contaram com a presença do Prof. Hermes Zaneti, Presidente da CPB. Registre-se, no Encontro Regional de Niterói, a presença marcante de Guiomar Namo de Mello, atualmente Secretária Municipal de Educação de S. Paulo. Para assistir à palestra de Guiomar, em mesa-redonda com Maria Helena Silveira, via-se, entre os mais de 600 professores presentes, Luís Antônio Cunha, Moacyr de Góes e a própria Secretária Municipal de Educação do Rio, Maria Ieda Linhares. *** O C.E.P. realizará eleições nos próximos dias 7 a 11 de novembro. Concorrem duas chapas: **Caminhar Juntos**, reconduzindo o Prof. Godofredo da Silva Pinto à Presidência e **Retomar a Luta**, encabeçada pela Profª Florinda Lombardi, atual presidente do Núcleo do CEP de Duque de Caxias (Baixada Fluminense).

Espírito Santo — Pronto para o Congresso: Durante três dias, de 13 a 15 de outubro, os 120 delegados já eleitos da UPES para o Congresso Nacional da CPB participaram do Pré-Congresso UPES-CPB. em que puderam aprofundar a discussão de temas fundamentais, como **Política Educacional, Política Sindical, Democratização Escolar, Formação do Professor, Defesa da Escola Pública**, e outros. Na mesa-redonda de abertura, além de discutir os dois primeiros destes temas com os profs. Ítalo Moriconi (do CEP-RJ) e Regina Leite Garcia (Pedagoga, também do Rio), os representantes do professorado capixaba puderam questionar diretamente o Secretário de Educação, ali presente, quanto ao atraso de dois meses verificado no pagamento dos professores do ES. O Pré-Congresso UPES-CPB transcorreu em meio à operação tartaruga por parte do magistério e medidas repressivas por parte do Governo.

EXPEDIENTE

CPB - Notícias

Secretário

Ítalo Moriconi Júnior

Serviço de assinaturas

Luiz Ângelo Rocha

Colaboradores

Aída de Carvalho Calçada
Máximo Augusto C. Masson
Myriam Ribeiro Rosadas
Vilson de Freitas Teixeira

Diagramação
Dilson Dutra da Silveira

Redação
Rua Senador Dantas, 19 — s. 801
Tel.: 262-6884 — Rio de Janeiro

Composição e Impressão
Gráfica Editora Jornal do Comércio S.A. — Rua do Livramento, 189 — Tel.: 283-2284 — Rio de Janeiro

EDITORIAL

Em todo o país, as entidades filiadas à CPB mobilizam-se, não apenas para lutar em defesa dos salários e das condições de trabalho, mas também para discutir questões educacionais. Realizaram-se, nas diversas regiões do país, os Cursos Regionais previstos para a 3ª etapa do Projeto 08, coroando com extremo êxito o trabalho de formação de quadros que a CPB vem consolidando, com o apoio da CMOPE e dos professores suecos. É todo um grande esforço, em escala nacional, das entidades de base, estaduais. E tudo converge agora para o XVII Congresso Nacional de Professores, cujo material de divulgação já está sendo enviado pela ALISC (Sta. Catarina) para o Brasil inteiro. O **CPB-Notícias** pretende publicar, em sua edição de novembro/dezembro, um informe completo sobre os Cursos Regionais e maiores detalhes sobre o Congresso Nacional: como foi sua preparação, como será sua realização.

Ressaltem por ora a expansão da discussão **de base** em torno de questões educacionais. Ela floresce à medida em que crescem as entidades de classe do magistério, embora observem-se iniciativas válidas de Governos estaduais (MG, RJ, ES) em convocarem Congressos de seus professores para discutir política educacional. Este espaço oficial não elimina o sindical, não-governamental. Pelo contrário, **estimula-o** no contexto de uma democratização.

Não existe sociedade democrática sem a garantia do espaço para os órgãos não-governamentais. Por isso, precisamos aprofundar a reflexão sobre temas como: que política educacional queremos? Que modelo de escola propomos? Que sentido ideológico/filosófico damos a nossa atividade?

A escola que queremos deverá ser democrática, gratuita, acessível a todas as crianças em idade escolar, deverá ter sua vida regida pela integração com a comunidade, deverá, principalmente, refletir um projeto educacional cujo sentido seja **transformador**. A questão da Democracia atravessa a hora preente desde o plano institucional (eleições diretas para Presidente, Constituinte) até o plano mais local e comunitário e, mesmo, interpessoal, cultural. E a questão da Democracia é uma questão concretamente colocada de **transformação da sociedade**, no sentido de construção da soberania popular em todos os níveis. A escola democrática que queremos deverá, portanto, ser modelada por esta visão efetivamente **revolucionária**, neste sentido transformador e progressista. Cabe à nova escola necessária, atuante e engajada, a surgir dos escombros da sinistra escola pobre e burocrática criada pelo autoritarismo, formar cidadãos **ativos**, trabalhadores capazes de tomarem a si a definição do próprio destino.

Esclarecimento: Conclat

Diante da divisão ocorrida no movimento sindical nacional, com a realização de dois Congressos nacionais de trabalhadores — um já realizado, em agosto, em S. Bernardo, que criou a CUT, e outro a realizar-se, em novembro, em Santos, a Presidência da CPB encaminhou a linha aprovada pelo Congresso Anísio Teixeira, fazendo-se representar no Congresso de S. Bernardo e devendo fazer o mesmo quanto a Praia-Grande/Santos.

A Presidência da CPB norteará sua ação no sentido de contribuir para uma solução unitária dos problemas do movimento sindical. Na medida em que trata-se de uma delicada divergência político-sindical, em que não há mocinhos e bandidos, mas duas correntes de opinião e ação que incompatibilizaram-se ao ponto da divisão no plano organizativo, no entender da Presidência cabe ao XVII Congresso Nacional de Professores definir uma posição da Confederação de Professores do Brasil.

Confederação de professores do Brasil

Filiada à Confederação Mundial das Orgs. de Profissionais do Ensino (CMOPE)

Presidente:
HERMES ZANETI — RS
1º Vice-Pres.:
NISO PREGO — GO
2º Vice-Pres.:
MONOEL BARBOSA DE LUCENA — RN
Sede própria:
SDS, Ed. Venâncio III — S. 101/102 — BSB — DF
Escritórios regionais: Andradas, 1.234 — Conj. 2.309 — PA — RS
Senador Dantas, 19 — S. 801 — RIO — RJ

Labim/UFRN

"De pé no chão": uma tentativa popular de política educacional



Há vinte anos atrás, em Natal, Rio Grande do Norte, uma experiência inédita de política educacional atingia seu ápice. Entrevistamos um de seus principais organizadores, o profº Moacyr de Goés, na época (1961/1964) Secretário Municipal de Educação de Natal. Hoje o profº Goés é membro do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Além de suas atividades acadêmicas, Moacyr de Goés tem participado ativamente dos Encontros Regionais promovidos por entidades filiadas à CPB, além de estar presente nos Cursos Regionais do Projeto 08 e ter sido conferencista do Congresso "Anísio Teixeira" em Natal.

CPB/NOTÍCIAS: Você poderia apresentar um panorama da campanha "DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER"?

MG: Antes de dizer algo sobre a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, é preciso situá-la e datá-la, como diz Paulo Freire. Pé no Chão é um movimento de escola pública, gratuita, municipal. É um movimento de educação popular, de 61 a 64, e se desenvolve em Natal, um pouco no interior, mas 99% em Natal.

Eu diria que Pé no Chão é resultado de uma antiga linha de defesa da escola pública, que vem desde a fundação da Associação Brasileira de Educação, passa pelo documento dos Pioneiros da Educação Nova, na rearticulação de um pensamento global de educação para o Brasil, e desagua na luta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E a gente vê nessa defesa da escola pública e gratuita um ponto bem definido em termos de educadores comprometidos com o movimento social, inclusive, uma parcela significativa oriunda de um pensamento marxista. Então, essa vertente desagua em Pé no Chão e articula-o com todos esses movimentos anteriores. A outra vertente de Pé no Chão são os movimentos de educação popular registrados nos anos 60. Esses movimentos de educação popular têm como corrente principal a esquerda cristã. Data de 58, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, com a tese de Paulo Freire, de educação COM e não educação PARA, toda uma discussão que se faz em termos de um projeto de educação não formal, que extrapola a classe de aula tradicional. Nessa segunda linha dos movimentos de educação, de cultura popular, nós situamos Pé no Chão coetâneo ao movimento de cultura popular do Recife, criado na administração do Prefeito Miguel Arraes, junto ao MEB, criado pela Igreja Católica em convênio com o governo federal e o Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes proposta de Vianinha quando achava que, para a usina de alienação que pesava sobre o novo brasileiro, era necessário criar uma usina de concientização, e não podia fazer isso em termos de um teatro com 120 cadeiras. Ele, então, utilizou a articulação que a UNE-Volante fez no Brasil todo e criou o CPC. Assim temos, entre 60 e abril de 64, aquilo que Eduardo Vanderley chama de movimentos pioneiros em educação popular e movimentos de cultura popular.

Situo Pé no Chão como experiência de uma proposta de educação que recebe essas duas poderosas vertentes. Ela foi uma escola pública, uma defesa, uma prática de escola pública, gratuita, municipal, como também foi movimento de educação popular. Em relação a sua origem específica, podemos datá-la também em termos da campanha eleitoral de 60 quando as forças progressistas de Natal, as chamadas forças nacionalistas, as forças de esquerda, o Partido Comunista, inclusive, organizaram a sociedade civil em torno dos chamados comitês nacionalistas, comitês de bairros, comitês populares. Toda a campanha passava por esses comitês. Para se ter uma idéia relativa da época, Natal tinha 160 mil habitantes, no fim da campanha nós organizamos 160 desses comitês. Dentro desses comitês se fazia a discussão política ao nível global, e também se fazia um levantamento das necessidades dos bairros. Dessas discussões emergiu a reivindicação da escola para todos. O candidato a prefeito, Djalma Maranhão, que era a expressão mais forte dessas correntes nacionalistas de esquerda, promoveu as convenções por bairro. E depois, ao fazermos a convenção municipal de todos os comitês da cidade, verificamos que a reivindicação primeira era **escola para todos.** Isso ocorria numa época em que a escola pública em Natal sofrera um colapso; da II Guerra até 60 a cidade crescera quatro vezes, a escola pública diminuíra; a princípio tinha 11 unidades, depois reduzira-se para 10, o ensino municipal não existia, foi fundada por Djalma Maranhão, eleito com 68% dos votos diretos. O Prefeito assume com o programa de governo já definido, discutido a base dos comitês de bairro. Cumpria executar o programa. Aí se colocou o problema da campanha de Pé no Chão, quer dizer: sem um tostão, com uma estrutura de Secretaria Municipal de Educação com menos de um ano de existência, tínhamos a tarefa de erradicar o analfabetismo em Natal. A primeira fase foi ocupar todos os espaços cedidos gratuitamente à prefeitura: clubes, cinemas, igrejas, sindicatos, etc.. e mesmo assim não havia condições de erradicar o analfabetismo. Partiu-se para uma discussão com os comitês nacionalistas, e aí uma coisa interessante a registrar: a eleição é em outubro, e essa discussão com os comitês foi em janeiro, quer dizer, os comitês não foram desativados depois da campanha, eles continuaram como órgãos de assessoramento ao prefeito. Numa discussão com o comitê do bairro das Rocas saiu a proposta de que, se não tínhamos dinheiro para fazer escolas de alvenaria, se fizessem escolas de palha de coqueiro, isto é, grandes galpões cobertos por palha de coqueiro, em cima de chão de barro. A partir daí, começamos a trabalhar com 10 desses conjuntos espalhados pela cidade. Em 1961, a matrícula sobe de 2000 para 8000 de março a dezembro; em 62, vamos a 15000 alunos, em 63 atinge 17000 só em Natal, pois já tínhamos convênios com duas dezenas de prefeituras do interior. Em 3 anos, passaram cerca de 30 mil alunos pelos bancos de Pé no Chão, numa população de analfabetos de 60 mil pessoas.

Estava resolvido, como programa de emergência, o problema do prédio escolar, não havia prédio, mas havia escola. O segundo problema foi a formação de recursos humanos. Em 50 anos só se produziu uma escola normal, que colocava no mercado de trabalho quinze a vinte normalistas por ano e era impossível trabalhar desse modo. Contratamos todas as normalistas disponíveis, reciclamos essas professoras diplomadas para serem supervisoras e, através de cursos de emergência, criamos recursos humanos para dentro das salas de aula como monitores. Uma diplomada trabalhava supervisionando o trabalho de 20 monitores. Em 3 anos preparamos, só para Natal, 500 monitores. Esses foram os grandes desafios vencidos e que depois com o processo que Pé no Chão vai desenvolvendo, vai se transformando de uma simples proposta de alfabetização para alcançar o terceiro ano do nível primário, com uma clientela, predominantemente infanto-juvenil. De 17 mil alunos em 63, apenas 4.000 eram adultos. Procuramos realmente atingir o problema da educação pela raiz, assegurar escola para quem tem idade escolar. A campanha foi se transformando em uma complexa política de cultura popular com as praças de cultura popular, com o teatro, a edição de cartilhas, com seminários, e tem nesse momento um desabrochar tão forte como qualquer outro movimento popular da época. Esse movimento foi destruído pelo golpe de abril de 64, a sua documentação foi em grande parte destruída, suas lideranças foram presas. Mas hoje esta experiência está resgatada através de pelo menos dois livros, um de minha autoria, e outro uma tese defendida na UNICAMP por José Germano, que tem o nome de "Lendo e Aprendendo, a Campanha de Pé no Chão"

CPB/Notícias: Você poderia dizer que Pé no Chão já desenvolvia uma crítica aos conteúdos ideológicos do ensino?

MG: Não, o nosso início foi uma escola como outra qualquer, apenas procuramos ser competentes na execução da sua tarefa. Inclusive a adoção de cartilhas que eram asseguradas a todos os alunos eram cartilhas comuns, na medida em que começamos a trabalhar mais intensamente, em que descemos mais ao tecido social, em direção às classes mais subalternas, sentimos a necessidade de produzir o próprio material didático. Então eram as professoras, monitoras e supervisoras que trabalhavam determinadas propostas de educação, que nós chamávamos unidade de trabalho. E através de um tema central que era distribuído, não somente ao nível de disciplinas: matemática, português, etc, mas também distribuído ao nível das séries: alfabetização, primeira, segunda, terceira, etc. Foi assim que rompemos com o problema da qualidade, ganhávamos em qualidade, em termos do texto estudado e dos conteúdos.

CPB/NOTÍCIAS: Em termos da sociedade brasileira, que condições sócio-políticas permitiram a realização do projeto?

MG: A pergunta é importante porque não podemos colocar a experiência de educação isolada de seu contexto, e contextualizar Pé no Chão é contextualizar a crise dos anos 60. É lembrar Dreyfus na "Conquista do Estado", quando ele coloca a confrontação dos dois blocos que se formaram nesse país. O bloco nacionalista-reformista, que pode ser identificado com o governo de Goulart e suas alianças e o bloco conservador-modernizador, conservador no pensamento político, modernizante em termos da produtividade da empresa, da aceleração do capitalismo. Este pensamento é oriundo da grande escola ideológica que foi o IPES, que criou um projeto educacional, como criou um projeto econômico, um projeto político, e a confrontação desses dois blocos dá 64. Antes de 64, é a fase da crise social, econômica, política, da qual o Estado populista nascido em trinta, e sem ter mais condições de se renovar, foi obrigado a ceder espaço ao projeto autoritário. Então, a crise dos anos 60 vai possibilitar, inclusive, a formação dessa educação alternativa. Há toda uma convocação de outras forças não tradicionais, não conservadoras para decidir sobre o processo escolar.

CPB/NOTÍCIAS: Após vinte anos, como você analisa a experiência de Natal?

MG: Vinte anos depois, a gente pode perceber o seguinte: a deficiência principal de Pé no Chão foi de ordem teórica. Fomos muito pobres de quadros teóricos, fomos muito ricos em termos de prática. Nossa prática foi que nos empurrou para a frente. Mas hoje eu penso que, se tivéssemos quadros teóricos mais ricos, mais férteis, talvez tivéssemos caminhado mais. Essa é a primeira grande crítica que faço a Pé no Chão. A segunda crítica é o problema que ela se documentou de uma forma pobre, que aliás é também um dos traços do significado da campanha, do movimento não muito institucionalizado. Os documentos poderiam ter sido muito melhor preservados ao curso da experiência para servir, hoje, de reflexão. Agora, o lado positivo de Pé no Chão. Primeiro, rompeu com o pensamento colonizador-colonizado, pois procurou uma solução brasileira, apesar da situação da sociedade brasileira, para um problema brasileiro. No subdesenvolvimento, na miséria, você tem todavia a escola, escola pobre, mas escola. Então rompeu com esse círculo de ferro do pensamento colonizador. Em segundo lugar, não confundiu prédio escolar com escola. Funcionava a escola mesmo sem prédio escolar. Acho isso um dado importante porque hoje a gente vê muito prédio escolar, onde não existe nem escola, existe só o prédio. Pé no Chão foi o contrário, existia escola independente do prédio. Em teceiro lugar, Pé no Chão criou seus próprios recursos humanos, quer dizer, não foi esperar que a universidade, as escolas normais, quando houvesse oportunidade, nos dessem esses recursos humanos. Partimos com unhas e dentes para a formação desses recursos humanos, convivemos com a incompetência, mas sabíamos que a cada dia que passava nós superávamos a incompetência para alcançar a competência técnica. E, em quarto lugar, o mais importante, Pé no Chão demonstrou a capacidade das classes subalternas de formular uma política de educação e gerenciar essa política de educação, executá-la; isso eu acho fundamental, porque na prática conseguimos em Natal de 61 a 64 aquilo que Paulo Freire pregava em termos teóricos, a educação não PARA mas a educação COM, quer dizer, não uma educação empacotada para a classe subalterna, mas com a classe subalterna. O canal político foi assegurado pelo prefeito Djalma Maranhão e então nós, intelectuais de classe média, nos tornamos mais intelectuais orgânicos dessa proposta do que propriamente formuladores da mesma.

CPB: Seria possível repetir uma experiência semelhante a Pé no Chão, hoje?

MG: Bem, está no 18 do Brumário de Marx, a história só se repete como farsa ou tragédia. Quer dizer, pegar a roupagem de Pé no Chão, e querer adaptá-la agora, eu tenho a impressão de que as condições são outras. Mas fica a proposta que é: as classes subalternas, tendo um conduto, um canal político, que lhes assegura a formulação de uma proposta de educação, elas têm competência para isso. Então hoje, depois que a gente já sofreu os MEC/USAID da vida, tenho impressão que é retomar este caminho no sentido de não repetir Pé no Chão, mas de repetir a proposta que é de assegurar canais políticos, para que as classes subalternas pensem, formulem e gerenciem uma política de educação.

CPB: E como você vê hoje, os movimentos de professores diante da política educacional do governo federal?

MG: Há um renascer de esperanças e há também uma prática política desenvolvida desde a hora em que o estado autoritário começou a promover o seu recuo. Acho que os professores formam hoje uma categoria que está muito lúcida em termos de que em política não há vácuo. Se o estado autoritário está em exaustão, porque historicamente ele foi derrotado, então cumpre ocupar esses espaços pelo projeto democrático. E os professores estão fazendo realmente isso. Não digo que sejam todos, porque realmente dezoito anos de estado autoritário entorta a cabeça de muita gente, mas na realidade existem hoje lideranças lúcidas, lideranças inclusive que, com tendências ideológicas divergentes, sabem no entanto conviver e trabalhar juntos. Acho que é da maior importância tendências ideológicas que não sejam unânimes, mas que tenham civilidade e inteligência para trabalhar juntor. A CPB é um forum hoje de uma discussão muito clara de um projeto de educação. Isto está se discutindo ao nível dos cursos regionais nos encontros regionais das entidades, e tenho grande esperança de que daí vai sair uma promessa muito fértil em termos de que esse pensamento democrático traga uma aragem muito clara e muito fértil para o pensamento educacional brasileiro. Eu vejo esse movimento de professores com uma grande esperança.

Labim/UFRN

MURAL

Notícias da CMOPE

• **Reunião anual**

O Comitê Executivo da CMOPE, em sua reunião ordinária de maio do corrente ano, decidiu recomendar à Assembléia Mundial novas declarações de principio sobre Juventude, Educação de Deficientes fisicos e Aparteide..

O Secretário-Geral, Normam Goble, apresentou seu informe sugerindo que a CMOPE oriente suas atividades em torno de dois objetivos: 1°) democratização da educação; 2°) afirmação e defesa dos direitos dos docentes.

• **Assembléia de 1984**

Foi fixado o período de 3 a 9 de agosto de 1984 para a Assembléia Mundial que terá lugar em Lomé, Togo, O Comitê Executivo assinalou que a finalidade das resoluções sobre temas da Assembléia é **permitir que a CMOPE adote uma linha política** sobre assuntos estudados pelos docentes de todo o mundo.

• **Reunião de professores em Portugal**

No mês de abril foi fundada em Lisboa a *Federação Nacional dos Profes-sores*, com a presença do Presidente da República. A nova federação congrega mais de 25.000 docentes dos diferentes niveis de ensino. Professor Zaneti, presidente da CPB, compareceu à primeira assembléia nacional de professores realizada em Portugal após cinqüenta anos e trouxe para a CPB a proposta de um convênio entre as duas entidades de paises de lingua portuguesa.

☆ ☆ ☆

• **Estudantes reúnem-se com professores**

Por iniciativa do presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Apolinário Rebelo, e com a concordância da direção da CPB, ficou marcada para o próximo dia 15 de novembro uma reunião de diretores da UBES com o Conselho de Entidades. Reunião que visa traçar estratégias comuns no encaminhamento da luta por reformas educacionais e pelo ensino público e gratuito para todos, destacando-se ainda os temas "Lei 5692" e "Verbas e Financiamento".

Por falar nisso..

O Conselho de Entidades da CPB vai reunir-se em Brasilia nos próximos dias 13 e 14 de novembro.

• **DESIGNAÇÃO**

O Presidente da CPB designou o 2º Vice Presidente nacional da CPB, Prof. Manoel Barbosa de Lucena, para coordenar a ação e adotar as providências necessárias para cumprir o estabelecido no Documento Final do Congresso Anisio Teixeira no que se refere a estratégias de fortalecimento da entidades. Com base nas deliberações do Congresso, o Prof. Lucena recomenda, em oficio enviado a todas as entidades, a realização de reuniões regionais, de periodicidade bimestral, com uma entidade estadual assumindo a estrutura do encontro.

• **1º Encontro de Associações de Docentes e Sindicatos de Professores**

Realizou-se nos dias 1º e 2 de junho, por promoção conjunta da ANDES e do Sindicato de Professores do Rio de Janeiro um encontro congregando representantes de oito sindicatos de professores de diversos pontos do país e representantes de onze associações de docentes. Ao final do Encontro, divulgou-se uma "Carta do Rio de Janeiro", de que se destacam algumas das indicações: ação complementar, cooperativa e não concorrencial das ADs e dos SINPROS; estímulo à participação dos professores universitários na vida sindical e à participação das ADs na vida do sindicato, especialmente quando das Campanhas Salariais e encaminhamentos de acordos coletivos; determinação das principais reivindicações dos professores universitários como sendo: estabilidade; carreira docente; novo cálculo das horas de trabalho para fim de reajuste salarial.

• **CURTAS**

A União Nacional dos Estudantes (UNE) iniciou uma campanha nacional por sua legalização depois de dar entrada em um cartório do Rio de Janeiro, do pedido de reconhecimento oficial. *** A Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro, realizou, dias 20 e 21 de setembro, o 3º ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES CONSERVACIONISTAS NÃO-GOVERNAMENTAIS, que discutiu a atuação do movimento, a responsabilidade do município na política de conservação e a educação ambiental, entre outros temas. *** No Rio Grande do Sul, o Movimento Conservacionista de Cachoeira do Sul está lançando a oitava edição da campanha pela preservação da ave. O lançamento da campanha foi na sede do IVº Núcleo da CPERS.

CMOPE analisa a alfabetização no mundo

RETROSPECTIVA

Após a Segunda Guerra Mundial, o desejo de construir um mundo novo e a necessidade de melhorar os sistemas de ensino provocaram a proliferação das campanhas nacionais de alfabetização.

Fundada em 1946, a UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — tem tido a preocupação constante de promover a instrução básica e a alfabetização. Através de diferentes tipos de reuniões e da avaliação de experiências, a UNESCO planificou, pela primeira vez, uma estratégia de alfabetização em plano internacional, na década de 60. O Programa Experimental Mundial de Alfabetização — PEMA — desenvolveu-se de 1967 a 1973 em vinte e dois paises, tendo recebido também a cooperação de outros organismos das Nações Unidas. Durante esse periodo, a UNESCO apoiou os esforços de seus Estados-Membros e facilitou assistência técnica, financeira e material a diversas organizações não governamentais (ONG). Sua experiência de cooperação com as ONG permitiu-lhe adotar agora um programa de ação que desenvolverá ao mesmo tempo atividades de alfabetização para crianças e adultos, estabelecendo um vinculo estreito entre programas escolares e programas de educação de adultos, bem como a integração da educação e do trabalho produtivo. Esse programa exigirá flexibilidade e dedicação por parte dos docentes e o emprego de novas técnicas de comunicação para melhorar o ensino.

COOPERAÇÃO

• Desde 1981 vem se desenvolvendo o Projeto principal de educação, da UNESCO, para a América Latina e o Caribe, visando erradicar o analfabetismo até 1999. A preparação desse Projeto contou com a colaboração da CMOPE, representada pelo Professor Hermes Zaneti, que esteve presente às reuniões realizadas em Quito — Equador. Em 1982, professores de seis paises do Caribe (Belice, Granada, Guiana, Montserrat, Santa Lúcia e São Vicente) reuniram-se para estudar o modo de combater o analfabetismo em sua região: Uma das principais finalidades da reunião foi estabelecer objetivos comuns em consonância com o Projeto principal da UNESCO e com a Declaração do México, que assegura às crianças em idade escolar 8 a 10 anos de instrução geral e manda incorporar todas as crianças ao sistema de ensino, o mais tardar até 1999.

• O governo de Bangladesh conta com um ambicioso programa de educação cuja meta é duplicar o indice de alfabetização em cinco anos. Atualmente só 22% de seus noventa milhões de habitantes sabem ler e escrever. Além da falta de recursos, vem contribuindo para a constrangedora situação a forma anárquica como se desenvolve o sistema educativo. Há esperança de que esse projeto se torne viável e o governo consiga mobilizar todos os professores do país, uma vez que as associações de docentes apóiam o programa do governo e têm a ajuda de seus colegas de outros paises, através da CMOPE.

• A Conferência Panafricana de Educação realizada em Niamey — Nigéria, em 1981, teve como tema: "É preciso reformar a escola africana? Por que e como?" Um dos fatos importantes da Conferência foi a ampla representatividade alcançada pela CMOPE. Representantes de governos e de associações de professores de quase todos os paises africanos reuniram-se em torno de uma mesa procurando estabelecer a maneira como poderá a educação contribuir para o desenvolvimento econômico, cultural e social da África. Entre os pontos da ordem do dia figurava a questão da alfabetização e das campanhas para erradicação do analfabetismo que, geralmente, se relacionam com atividades de desenvolvimento rural orientadas para o desenvolvimento industrial, o que vem causando prejuizos à população agricola.

• **A Confederação de Professores do Brasil organizou um seminário para algumas de suas afiliadas sobre alfabetização de adultos e movimentos populares. A execução do seminário esteve a cargo da RENOV (Relações Educacionais e do Trabalho) e do Instituto de Estudos Especiais da PUC, de São Paulo. Desenvolveu-se de forma flexível, pelo espaço de três dias, e dele participaram assistentes sociais dos distritos mais populosos da capital e de quatro cidades do interior, junto com professores de escolas primárias e estudantes universitários com experiência em alfabetização de adultos. Entre outras conclusões, a mais gritante foi a da inadequação dos programas de alfabetização de adultos que vêm sendo aplicados.**

PRIORIDADES

Da análise feita, ressaltam as seguintes prioridades:

— Necessidade de intensificar as atividades de alfabetização em favor de grupos educativamente desfavorecidos: mulheres, habitantes de zonas rurais, marginalizados das zonas urbanas, trabalhadores migrantes e suas famílias, refugiados.

— Adaptação das atividades de alfabetização às necessidades e aspirações básicas da comunidade, ou seja, integração dos programas de alfabetização em projetos nacionais de desenvolvimento (agricultura, higiene, etc).

— Promoção de atividades de educação contínua como um meio de evitar a volta do analfabetismo.

— Conscientização dos dirigentes nacionais da absoluta necessidade da alfabetização, que é responsabilidade nacional e requer a cooperação de todas as forças vivas de um país.

ASSINATURA DE CPB-NOTÍCIAS

Recorte o cupom abaixo, preencha-o e o remeta para a Redação do CPB-Notícias, juntamente com o comprovante do depósito no valor de Cr$ 500,00, em nome de CPB-Notícias, conta Nº 159.657, Agência Cinelândia, Banco Nacional, Rio de Janeiro, RJ (Assinatura para 1984).

.....

(Nome em letra de forma) (função)
em exercício no (a) .....
solicita assinatura anual de CPB-Notícias, a partir de janeiro/84, no valor de Cr$ 500,00.
A remessa deve ser feita para.....
(residência ou local de trabalho, inclusive telefone)

.....
(data) (assinatura)

Redação do CPB-Notícias: Rua Senador Dantas, 19/801 — Rio de Janeiro — RJ — Cep: 20.031.

Liberdade para Raul Sendic

Em 1º de setembro se cumprirão 11 anos de detenção de Raul Sendic, insigne revolucionário e lutador infatigável pela liberdade do jugo imperialista no Uruguai e demais povos da América.

Em 1972, quando Sendic, depois de um prolongado combate com as tropas do Exército e Fuzileiros da Marinha, cai pela segunda vez em mãos do inimigo facista, inicia-se para os amantes da paz e progresso social uma constante batalha de solidariedade pela vida e liberdade do exemplar antiimperialista, cuja intensa e vital militância no movimento operário de sua pátria levou à conscientização de grandes massas de trabalhadores pela luta contra a exploração e pela organização sindical como expressão combativa.

A estrutura moral de Raul Sendic, sua atitude de firmeza e dignidade ante a tortura confirmam a força do seu compromisso.

O CONIPAZ, ao cumprir-se 11 anos de prisão de Raul Sendic, levanta sua voz de solidariedade e protesto, chamando a todos aqueles organismos, instituições, agremiações, partidos, etc, que se identificam com a causa da Paz a organizar um grande movimento internacional de luta pela liberdade de Raul Sendic e demais prisioneiros políticos do Uruguai.

Solidariedade com a Pátria de Artigas em prol da PAZ, da DEMOCRACIA e da LIBERDADE DA AMÉRICA LATINA.

Pela transcrição e em solidariedade aos companheiros do MOVIMENTO INDEPENDENTE 26 DE MARÇO.

L. Angelo Rocha — COSPLAM

Labim/UFRN

UM DESPERTAR DE INTERESSE NOS MOVIMENTOS INTERROMPIDOS HÁ 19 ANOS

Resgata-se a memória dos anos 60

Moacyr de Góes

A geração que fez os anos 60 começa a organizar a sua memória. Ao mesmo tempo, constata-se o grande interesse das gerações mais novas em conhecer esse período cujos registros históricos foram truncados pelo estado autoritário. Também gerações que amadureceram em períodos mais recentes estão com a mesma preocupação.

As constatações são feitas pelos dois eventos ocorridos em Natal e no Rio de Janeiro nos últimos meses de abril e maio: O Seminário "Educação e Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte na década de 60" e o lançamento do filme de Hugo Carvana "Bar Esperança, O último que Fecha". Quanto ao último, a crítica cinematográfica vem recebendo com carinho o registro da travessia de uma geração da Zona Sul do Rio de Janeiro rumo às noites da década de 70 e início dos anos 80. Quanto ao primeiro, da claridade nordestina do amanhecer dos anos 60, quando os educadores assumiram um papel de agentes positivos de uma transformação social. Depois, também lá, caiu a noite e as coisas não se passariam muito diferentes daquelas que seriam vivenciadas mais tarde no Bar Esperança — **felizmente**, o último que fecha...

É uma tarefa urgente de historiadores, documentalistas e memorialistas o resgate da memória dos anos 60 no Brasil. Pois, é do seu estudo que as gerações mais novas vão construir o pensamento acadêmico de compreensão e interpretação do Brasil de hoje.

Dreyfus (**in** "1964: a conquista do Estado" coloca muito bem a crise dos anos 60: crise econômica, face ao impasse do modelo de substituição das importações e crise política diante da exaustão do Estado populista. E nesse clima, o grande confronto gerado ideológicamente pelo Ipes: o bloco nacionalista-reformista (Governo Goulart e suas alianças (**versus** o bloco conservador-modernizante (a burguesia brasileira assumindo o chamado capitalismo associado).

Nessa moldura histórica, desenvolveram-se formas alternativas de educação — os conhecidos movimentos de cultura popular e/ ou de educação popular que, a partir do Nordeste (com exceção do CPC da UNE), apontaram na direção de uma educação com o povo, superando a forma conservadora (e ainda vigente, majoritariamente, no Brasil) de educação **para** o povo.

Paulo Freire, já indicara este caminho desde 1958, quando o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Hoje já existe uma razoável bibliografia que resgata historicamente estes movimentos — pelo menos no que se refere aos quatro pioneiros: o Movimento de Cultura popular (Administração do Prefeito Miguel Arraes, no Recife), Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler (Administração do Prefeito Djalma Maranhão, em Natal), Movimento de Educação de Base, MEB (Convênio da Igreja Católica com o Governo Federal(e Centro Popular de Cultura, CPC (criado pela UNE — União Nacional dos Estudantes).

O Seminário realizado em Natal, foi assim, um momento importante para estudo, depoimentos, interpretações e registros desses anos 60, de cuja compreensão o nosso pensamento acadêmico é tão carente.

UM SEMINÁRIO CRÍTICO

O seminário "Educação e Movimentos Sociais no RN na década de 60" foi promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelos Mestrados e Departamentos de Ciências Sociais e Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e contou com o decisivo apoio intelectual e material da Adurn — Associação de Docentes daquela Universidade Nordestina.,

O programa foi desenvolvido em grupos de trabalho, painéis e sessões plenárias, de 25 a 29 de abril, no Teatro Alberto Maranhão e no Palácio dos Esportes Djalma Maranhão, em Natal, contando com um público médio diário de 2.000 pessoas, na sua maioria de jovens.

Enquanto os depoimentos de lideraças que participavam das experiências ocorreram no período da tarde, em forma de painéis, as comunicações que resgataram historicamente os movimentos se fizeram no expediente da manhã, através das seguintes mesas-redondas:

1ª Mesa Redonda:
Tema: O Movimento de Natal. **Integrantes da Mesa:** Alceu R. Ferrari — UFRS; Cândido Procópio Ferreira de Camargo — PUC-SP/Cebrap; Mons. Expedito Sobral de Medeiros — Arquidiocese de Natal e Otto de Brito Guerra — UFRN

2ª Mesa Redonda.
Tema: Movimento de Educação de Base. **Integrantes da Mesa:** Hermano Ferreira Machado — UFRN; Luíz Eduardo Wanderley — PUC-SP; e Maria José — MEB.

3ª Mesa Redonda. Tema: Sindicalismo Rural, **Integrantes da Mesa: Dalci Cruz — UFRN; Élide** Rugai Bastos — PUC SP; Francisco Urbano — FETARN e Maria Julieta Calazans — FGV.

4ª Mesa Redonda. Tema: A Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler". **Integrantes da Mesa:** José Willington Germano — UFRN; Moacyr de Góes — UFRJ; Pretextato José da Cruz — Mov. Sindical e Raimundo Vossio Brígido — Mestrando da Universidade de Austin — EUA

5ª Mesa Redonda.
Tema: A Experiência de Angicos, **Integrantes da Mesa:** Carlos Lira — UFRN, Celso de Rui Beisiegel — USP e Paulo Freire — PUC — Sp/Unicamp.

O Seminário caracterizou-se por uma ampla e aberta discussão e muitos depoimentos foram não apenas polêmicos, mas, também reveladores da conjuntura da crise sócio-político-econômica da época e das estruturas rígidas e atrasadas da oligarquia nordestina, particularmente, da oligarquia do Rio Grande do Norte.

Constatou-se que, quando da implantação do sindicalismo no campo, somente aos Padres era permitida a entrada nas propriedades para a discussão com os camponeses. E, depois, até mesmo essa presença da Igreja foi obstaculizada pelos proprietários de terras.

Expedito Sobral de Medeiros chegou a ser comovente, quando explicitou a distância do "país legal" e o esforço do chamado "Movimento de Natal", da Igreja Católica, para o cumprimento do mínimo assegurado pela Lei brasileira ao campo. Ainda em relação ao trabalho desenvolvido pela Igreja no Rio Grande do Norte, nas mesas do MEB e do Sindicalismo Rural, ficou patente a dificuldade da Arquidiocese em articular esforços com outros agentes sociais prómudanças de estruturas, que seriam os seus aliados naturais. Ao contrário, ocoreram alguns enfrentamentos com a Ligas Camponesas de Francisco Julião e com os Sindicatos de tendências marxistas. Ficou claro, no entanto, que o engajamento da Igreja, na sindicalização rural foi decisivo em favor da causa camponesa, porque "batizou" a luta pela organização dos trabalhadores agrícolas, dificultando a reação dos proprietários de terras.

Ainda no âmbito da Igreja, foi discutida a questão do MEB (Movimento de Educação de Base) que chegou a ser a experiência de educação popular que alcançou, geográficamente, as maiores áreas do território nacional e que, também, é oriundo de Natal. Na sua comunicação, o Professor Luís Eduardo Wanderley (que recentemente defendeu na PUC/SP uma tese sobre o assunto (destacou o processo do MEB que cada vez mais passou à órbita de decisão dos leigos, distendendo o cordão umbilical de origem que foi a hierarquia.

Na discussão do papel dos leigos, emergiu a questão do surgimento da AP (Ação Popular) na primeira metade dos anos 60.

Para a especificidade do Rio Grande do Norte, todavia, onde fica mais nítido o papel da AP é na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, como ficou demonstrado no Seminário. Na Mesa Redonda de "De Pé no Cão", os participantes discutiram a questão do processo desenvolvimentista do Sul do País; as alianças políticas potiguares (a corrente política de Djalma Maranhão e a oligarquia do Rio Grande do Norte), e, numa moldura histórica dos anos 60, a Campanha De Pé no Chão. Esta foi situada com a *praxis* da escola pública, gratuita, a laica, e como movimento de educação popular. A interpretação desta dupla vertente na especificidade do movimento foi explicada pelo fato de a Campanha, ideologicamente, ter-se organizado como uma frente política de liberais, marxistas e cristãos de esquerda (AP).

Dos marxistas e liberais terá herdado a política de defesa da escola pública, gratuita, e laica; dos cristãos de esquerda, a formulação de um programa de educação popular, ainda influenciada pelo MCP de Pernambuco (Paulo Freire) e CPC da UNE.

A Mesa Redonda De Pé no Chão projetou, ainda, um filme documentário da Campanha, produzido pelo MEC em 1962, além de slides e fitas gravadas produzidos pela família do Prefeito Djalma Maranhão e que hoje constituem documentação do acervo da Comissão de Justiça e Paz do Rio Grande do Norte.

A última Mesa Redonda foi dedicada à experiência de Angicos e o educador Paulo Freire foi aclamado, de pé, por mais de 2.000 pessoas.

Angicos, município do interior do Rio Grande do Norte, foi palco da fase decisiva dos experimentos de Paulo Freire. O curso foi encerrado pelo Presidente João Goulart, e, a partir daí, o Governo Federal assumiu a implantação do método em todo o país.

Desde 1964, Paulo Freire não voltará ao Rio Grande do Norte — daí o tom emocional que cercou a sua participação, que encerrou os trabalhos do Seminário.

Os organizadores do evento gravaram todas as comunicações e debates que serão, brevemente, publicados.

Com este seminário, a geração que fez os anos 60 no Brasil deu mais um passo para o resgate de sua memória histórica.



Quando De Pé no Chão frontalizou, politicamente, a "Aliança para o Progresso", financiadora do sistema educacional do Governo

POR QUÊ NOS CURSINHOS DE PRÉ-VESTIBULAR DIFICILMENTE A MULHER É ADMITIDA?

Labim/UFRN

52 ANOS DE LUTA, 5

31 de maio de 1983. O Sindicato dos Professores completa 52 anos – tempo de vida muito maior do que o da grande maioria dos seus associados. Mas as contagens de tempo são feitas de modo diferente. Aqui o passar dos anos, incorporando experiências, luta, derrotas e vitórias, transformam o Sindicato numa entidade com 52 anos de juventude e com um tempo infinito para seu eterno remoçar.

***A Folha do Professor**, aproveitando o ensejo, entrevistou dois ex-presidentes, o Professor Carneiro e o Professor Carlos Teixeira, que deixaram suas marcas em nossa história.*



O Sindicato atuante, em 68, em plena cris

"Tornei-me presidente por obra e graça do golpe 64"

Folha do Professor — Carlos Teixeira, em que período você presidiu o Sindicato?

Carlos Teixeira — Veja você, a ditadura nunca chegou a ser oniponente. Tornei-me presidente do Sindicato por obra e graça do golpe de 64. Era vice-presidente na diretoria do Hélio Marques, quando, sobrevindo a repressão, o mesmo foi punido pelo AI-1 (ou AI-2)», assumindo, então, eu, a presidência.

Folha do Professor — E as recordações?

Carlos Teixeira — Nosso Sindicato e a Federação ocupadas manu-militari, arbitrariamente fechados; um IPM montado e um processo aberto na Justiça contra dirigentes que pacífica e legalmente haviam sido eleitos.
A Diretoria da Federação foi toda destituída e o Ministério do Trabalho nomeou uma Junta Interventora para gerir a entidade.
O nosso Sindicato, mais feliz, sobreviveu.

Folha do Professor — Uma violência contra os professores sindicalistas...

Carlos Teixeira — Não só contra pessoas, o golpe de 64 foi desferido contra a cultura nacional, sendo imensamente grande o número de professores, intelectuais e cientistas atingidos pelo mesmo.
Ao tempo em que o país foi governado pelo Triunvirato Militar (o vice-presidente da República foi impedido de assumir a presidência pela doença e morte do efetivo), um Decreto-lei especial proibia o nosso Sindicato de manter relações com a Confederação de Educadores Americanos (CEA). Este decreto, bem como, mais tarde, o impedimento de membros da Diretoria de tomaram posse nos cargos para os quais tinham sido eleitos, marcam um dos momentos mais cruéis que o nosso Sindicato sofreu nesses anos negros da história brasileira.



Carlos Teixeira discursando nas comemorações dos 32 anos do Sindicato

Folha do Professor — E a ditadura conseguiu imobilizar o Sindicato no ano 64?

Carlos Teixeira — Nada do que foi feito impediu que se procurasse defender, alcançar e melhorar as reivindicações dos professores.
A fundação da Confederação, a pesquisa sócio-econômica na categoria, a participação ativa nos acontecimentos que culminaram com a célebre **passeata dos cem mil,** a campanha da lei de ensino com a denúncia de tudo que hoje, em relação à mesma, está acontecendo, constituem, para nós, motivo de justo orgulho pela nossa atividade sindical.
Talvez, por isso mesmo, nova prisão no CODI processo na Justiça Militar, a punição pelo AI-5, constituem os lauréis pelo bom desempenho que acreditamos ter como dirigentes sindicais.

Folha do Professor — Carlos, que papel tem um sindicato de professores em nossa sociedade?

Carlos Teixeira — Imenso. As faculdades de filosofia formam e habilitam o professor. Ao Sindicato cabe a defesa dos interesses daqueles que integram a categoria. Mas não apenas isto. Ele deve servir de escola para uma maior integra-

ção parti
uma tare
prolonga
O Sind
riódicame
tes. Não
Há comp
ou mais e
isso mes
ouvidos.
É prec
mesmo
sindicais
momento
se alcan
sindical.
forem da
benesses,
tos e con
Os Si
sa das su
aos part
Congress
sindicato.
confundid
Assim
tar atrelad
balho, nã
atrelament
Esse é o
da vida si
Folha do
lembra o
está aconte
Carlos Tei
nais estão
para justif
maioria pa
governo
minado g

VOCÊ JÁ PENSOU QUE UMA MULHER GRÁVIDA, DEMITIDA NO FINAL

Labim/UFRN

"O erro de uma pedagogia tradicioal e reacionária está em achar que o objeto do conhecimento é posse do educador. Não se ensina à criança. A criança aprende."

Paulo Freire

Todo e qualquer projeto de educação, para ser corretamento avaliado, precisa ser contextuado. Sem a moldura do seu tempo, a proposta será/histórica e, conseqüentemente, sem valor. O pensamento de Paulo Freire, para ser clarificado, há que ser colocado no contexto da crise do Estado burguês dos anos 60, isto é, da crise da proposta populista.

É o momento da tentativa hegemônica do setor industrial e o da penetração do capital do Centro-Sul no Nordeste. No exterior, os sinais de mudança eram marcados pela Revolução Cubana e pelo Concílio Vaticano II. A contramudança armava a sua ponta-de-lança na América Latina com a "Aliança para o Progresso". E na Ásia a "guerra fria" se transforma em "guerra quente" (Coréia e Vietnam).



"Tomando a educação como um ato do conhecimento, qualquer que seja a relação educacional, a que se dá informalmente no lar, e a que se dá formalmente na escola, é impossível escapar ao ato de conhecimento que se processa: tanto o educador como o educando são sujeitos do conhecimento".

No Brasil, as "pontas do iceberg" da radicalização política são visíveis na organização dos camponeses e na divisão dos católicos, segundo Luiz Gonzaga de Souza Lima (in "Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil", Ed. Vozes, 1979). Na área rural, a Igreja disputava a adesão dos camponeses através de uma complexa rede de organizações, que iam da escola às federações sindicais. A vanguarda católica se organizou na Ação Popular — AP — que desempenhou importante papel político na crise dos anos 60.

Identificado como "um jovem católico radical", Paulo Freire vai desenvolver a sua *praxis* junto aos setores de vanguarda da Igreja, aliado às forças ditas de esquerda. Seu posicionamento é inequivocamente progressista, o que não impede Vanilda Paiva (in "Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista", Ed. Civilização, 1980) de identificar na raiz de seu pensamento a influência do ISEB e, conseqüentemente, a defesa de um capitalismo nacional. Na formação de Freire também aparecem com destaque as obras de Jasper, Weber, Marcel, Lyer, Barbu, Weil, Maritain, Mounier e, principalmente, Ortega y Gasset.

"A grande diferença entre o Homem e o animal ou a árvore é que a árvore sabe também, mas possivelmente não sabe que sabe. E nós sabemos que sabemos e sabemos que não sabemos. Não foi por acaso que o velho Sócrates disse isso há alguns anos".

As propostas de educação popular, de cultura popular, de educação de adultos, que surgiram no início dos anos 60, foram profundamente marcados pelo pensamento de Freire e por sua prática política. Aí estão os documentos dos projetos pioneiros que demonstram a afirmativa, bastando citar: Movimento de Cultura Popular (criado em maio de 60, na administração do então prefeito do Recife, Miguel Arraes); a campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (criada em fevereiro de 61, na administração do prefeito de Natal, Djalma Maranhão); Movimento de Educação de Base (criado em março de 61 através de um convênio entre o Governo Federal e a CNBB); o Centro Popular de Cultura (criado em abril de 61 pela UNE).

"É preciso estarmos vigilantes com relação às insinuações feitas, às vezes ingenuamente, às vezes astutamente, no sentido de nos convencer de que a alfabetização é um problema técnico e pedagógico, não devendo, portanto, ser "misturada com a política".

Com o golpe de Estado de 1964, o educador Paulo Freire foi preso e cassado. Exilou-se. Retornou ao Brasil em 1979, garantido pela Lei da Anistia.

Moacyr de Góes foi, como Secretário de Educação do Município de Natal (1961-64), o executor do movimento de alfabetização e cultura popular. Por força da anistia retornou, em 79, aos quadros da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É autor de **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler — uma escola democrática**. (Ed. Civilização Brasileira, 1980).

No próximo número: KANT

Labim/UFRN

PAULO FREIRE

A proposta educacional de Paulo Freire, que vem sendo formulada e renovada desde 1958, é o que a pedagogia brasileira tem, hoje, de mais atual. Não é por outro motivo que a mais extensa bibliografia sobre a obra de um educador brasileiro é, precisamente, a que já se escreveu sobre seu trabalho.

EDUCAÇÃO, HOJE: AINDA PAULO FREIRE

Moacyr de Góes

Autor do famoso método de alfabetização de adultos e de vários livros, entre os quais *Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido, Extensão e Comunicação* — Paulo Freire leciona atualmente em Harvard (EUA) e ainda encontra tempo para colaborar com as Nações Unidas e com a UNESCO, atuando, também, como Consultor do Conselho Mundial da Igreja, em Genebra.

O Brasil (antes de 1964), o Chile (durante o Governo Frei) e várias das jovens nações africanas (período de descolonização) aplicaram seu método de alfabetização — um autêntico instrumento *conscientizador* numa prática de *educação libertadora*.

Foi em 1958, quando da sua participação no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que Paulo Freire deu os primeiros passos na direção do que seria, pouco mais tarde, seu método de alfabetização. Na ocasião, ele relatou o tema A Educação dos Adultos e as Populações Marginais: o Problema dos Mocambos e estabeleceu o ciclo analfabetismo-pauperismo-analfabetismo. Os pernambucanos propõem, nesse Congresso, um trabalho educativo COM o homem e não PARA o homem; a substituição da aula expositiva pela discussão e a utilização de modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais.

TRÂNSITO

No ano seguinte, com Educação e Atualidade Brasileira, Paulo Freire defende tese para ingresso no magistério superior, no Recife. Aí ele discute o que chama de *trânsito* — uma visão dialética das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira e nos homens que a constituíam. Assim, identifica a possibilidade de um *trânsito* de uma sociedade fechada para uma sociedade que se abre e, em relação às pessoas, do *trânsito* de uma consciência ingênua para uma consciência crítica.

Nas nove principais conclusões de Educação e Atualidade Brasileira, Freire denuncia que o processo educativo brasileiro vem sendo uma superposição à nossa realidade e que "o seu verbalismo, o seu sentido seletivo e florido são contradições e obstáculos às forças democráticas em emersão." Finalmente, numa visão gestáltica, propõe uma revisão do nosso processo educativo que "não pode ser parcial porque é todo ele que está inadequado e é todo ele, em conjunto, em bloco, que a cultura em elaboração precisa".

O SISTEMA

Historicamente, o Método Paulo Freire nasce no Centro de Cultura Dona Olegarinha, do Movimento de Cultura Popular, no Poço da Penela, Recife, em 1961. É o resultado de 15 anos de experiências do educador pernambucano no campo da educação de adultos, em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais. Mais tarde, o Método ganhará uma abrangência maior, propondo etapas sucessivas à alfabetização em 40 horas, e passa, então, a ser conhecido como o Sistema Paulo Freire, formulado por uma equipe interdisciplinar.

A História e a Antropologia Cultural são as ciências que oferecem as principais ferramentas de trabalho ao educador pernambucano. Em termos históricos, ele partiu do princípio de que, na primeira metade dos anos 60 ocorria um *trânsito* de uma sociedade fechada para uma sociedade que se abria, aproveitando uma *rachadura* ocorrida no sistema econômico em decorrência da *substituição das importações*. Sobre a importância da Antropologia Cultural no Sistema Paulo Freire é o próprio autor quem afirma:

"Pareceu-nos (...) que o caminho seria levarmos ao analfabeto, através de reduções, o conceito antropológico de cultura. A distinção entre os dois mundos; o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez" (*in* Conscientização e Alfabetização: uma Nova Visão do Processo, *1963*).

METODOLOGIA

A metodologia do Sistema Paulo Freire implica o cumprimento de conhecidas etapas, que devem ser executadas na seguinte ordem:

1) Levantamento do universo vocabular do grupo que se vai alfabetizar;

2) Seleção, neste universo, dos vocábulos geradores, sob um duplo critério: o da riqueza fonêmica e o da pluralidade de engajamento na realidade local, regional, nacional;

3) Criação de situações existenciais típicas do grupo que se vai alfabetizar;

4) Criação de fichas-roteiro que auxiliem os coordenadores de debates no trabalho;

5) Feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

Labim/UFRN

O diretor-cidadão

O Globo, 17.12.1987

MOACYR DE GÓES

Quem me diz que Joaquim é melhor que Manoel?

Na minha mesa de trabalho, os processos de nomeação de diretor de escola fazem pilhas. São quase mil escolas da rede pública do Município do Rio de Janeiro.

Estou convencido de que a comunidade escolar — professores, pais ou responsáveis, alunos, funcionários, lideranças locais — essa comunidade está mais apta do que o Secretário de Educação para responder se Joaquim é melhor do que Manoel para dirigir a escola. E a transparência da escolha é o voto.

Por outro lado, o sistema de voto esvazia o fisiologismo, o clientelismo, dissolve os tecidos eleitorais e dificulta a prática de fazer da educação uma "reserva de mercado de votos partidários".

Na argumentação de uma política educacional geral há que se ter presente, também, o específico da escola, que é o ensino. Na transição política em que vivemos, a escola tem a tarefa de ensinar democracia. Ensinar fazendo, como informa a boa prática pedagógica. Assim, o voto dos dias 20, 21 e 22 de dezembro é, apenas, o culminar de um processo.

No processo é que se aprendeu, se ensinou e se reaprendeu a lição da democracia e se discutiu a escola, em todas as suas dimensões.

O voto para diretor, diretor-adjunto e secretário não chega à escola através de um "pacote" administrativo.

O processo eleitoral foi criado pela discussão e votação dentro da escola, através das assembléias dos Conselhos Escolas-Comunidade e, fora dela, pela participação atuante do Centro Estadual de Professores (CEP), da Famerj, da Faferj e do Sindicato dos Professores. Foi a discussão desse processo eleitoral, administrado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que criou o espaço educativo para o aprendizado da democracia. Por exemplo, no dia 14 de novembro último, foram realizadas assembléias dos Conselhos Escolas-Comunidade em 910 (novecentos e dez) escolas, o que significa 93% da rede municipal. Esta construção democrática envolveu, diretamente, em números redondos, 25 mil pais e responsáveis, 20.500 alunos, 16.500 professores, 6.500 funcionários e 650 representantes de Associações de Moradores, de acordo com as atas das assembléias dos CECs.

Segundo um documento da Coordenadoria de Apoio ao Educando (CAE), da Secretaria de Educação, "todo o produto dos debates nas escolas foi sistematizado por uma comissão composta por Relatores-Representantes-Eleitos de 24 Regiões (correspondentes aos E-DECs) e pelo CEP. O trabalho dessa comissão se estendeu por mais de 50 horas".

Votarão para a Direção das Escolas professores e funcionários (com peso de 50%) e mais: alunos da 3ª a 8ª séries, pai ou mãe ou responsável e um representante da Associação de Moradores local, ou membro do Conselho Escola-Comunidade da referida Unidade Escolar.

Pode ser votado o membro do quadro do Magistério Público Municipal que contar, no mínimo, dois anos de serviço sendo um em regência de turma; deverá estar em exercício na Unidade Escolar ou não estar afastado dela por mais de dois anos. O mandato é de dois anos, admitidas reeleições.

Assim cumpre-se o espírito da Lei Aluisio de Oliveira, de 12 de janeiro de 1984, que é a promoção de eleições diretas nas escolas. Como a Lei jamais foi regulamentada ou aplicada na sua letra e tendo em vista que, hoje, a sociedade civil dispõe de mais organização, através de seus movimentos e entidades, o processo eleitoral agora percorrido veio enriquecer a Lei do então Vereador e hoje Deputado Aluisio de Oliveira. Afinal, se queremos a transição para a democracia, 1987 deverá trazer um componente qualitativo de avanço social, o que, então, em 1984, ainda não era possível.

— E depois do voto?

A expectativa é que das urnas de dezembro emerja o diretor-cidadão, isto é, o gestor legitimado pelos seus pares e pela sua comunidade e homenageado pela Secretaria. Descentraliza-se o poder em favor de uma forma mais democrática de convivência. Ganha o espaço educativo um gestor comprometido com uma política educacional global — que é competência da Secretaria — e comprometido, também, com um plano de trabalho específico para aquela escola, que é a plataforma eleitoral do candidato eleito.

Desde o final dos anos 70 que todos os discursos progressistas têm reclamado eleições diretas em todos os níveis. No caso específico da educação aí estão, para citar apenas alguns, os pronunciamentos da Confederação dos Professores do Brasil, da administração socialista de Saturnino e Jô e dos segmentos liberais e de esquerda da maioria dos partidos políticos.

Agora, é passar do discurso à prática. Isto é, fazer.

Moacyr de Góes é Secretário Municipal de Educação do Rio.

O GLOBO
Empresa Jornalística Brasileira Ltda.
Diretor Superintendente: Francisco Graell
Diretor Administrativo: Luiz Paulo J. Vasconcelos
Diretor Financeiro: Arthur de A[illegible] Diretor Ind
Diretor Comercial: Mário Bockmann Diretor de

Labim/UFRN

A DO VINHO

de Natal

Licor Frangélico	2.320,00
Valduga Trebiano	166,50
Alfama	84,00
Katz Wein	110,00
Champ.G. Aubert M/D	144,00
Gazela (Br. Verde)	367,00
Liebfraumilch (J.F.)	427,00

já c/descontos.

acionais - 10%
nportados - 20%
nes, copas, queijos,
erú e tender para

bral, 228/230
s) - Estacionamento próprio.
3-6593 e 253-6843

292-1212

New York gr

Você tem que se ligar rapidinho neste roteiro da BEL AIR.
E aproveite para conhecer:

- Em Miami, o Coral Gables, Coconut Grove, Miami Beach, e os grandes Shoppings incluindo o supermoderno Bay Side.
- Em Orlando, as melhores atrações da Flórida:

DISNEYWORLD - EPCOT CENTER - BUSCH GARDENS - SEA WORLD - MEDIEVAL TIMES - ROSIE O'GRADYS - MARDI GRAS - ARABIAN NIGHTS - FORT LIBERTY.

- Cruzeiro às Bahamas, opcional.
- Guias Internacionais BEL AIR., desde o Brasil
- Hotéis de 1ª categoria.

SE LIGUE EM DISNEY, DISQUE BEL AIR:
292-1212
Saídas: Janeiro e Fevereiro

Tudo isso a partir de
U$ 390,
Parte Terrestre
Plano Familiar
Menor 12 anos

BEL AIR VIAGENS
Rua da Quitanda, 50 (Esq. de Sete de Setembro) 2º andar
(PABX) 292-1212 - Telex 021-30919 - Rio de Janeiro
EMBRATUR Nº 00906-00-41-7 - Disque BEL AIR Grátis (021) 800-6153

NÓS NÃO LEVAMOS VOCÊ A QUALQUER LUGAR.

AR MENOS
DE RENDA?

Labim/UFRN

O Evangelho, segundo Saramago

Moacyr de Goes

Quando desembarquei da Jangada de Pedra, (1) no final da louca viagem do realismo fantástico da Península Ibérica, fechei os olhos e perguntei:

– Seria Pedro Orce o São José do comunista Saramago? Espera aí. Não posso iniciar este artigo, assim. Se não vou começar outra viagem. Pára. Abre os olhos. Pé no chão.

É o seguinte. Sempre me preocupei em fazer pontes entre os dois maiores humanismos do século 20: o cristianismo e o marxismo. Ainda lamento o fracasso do "compromisso histórico" italiano, quando Berlinger sonhou com a aliança PCI – PDC. Por isso, as Brigadas Vermelhas mataram Aldo Moro, que sonhava o mesmo sonho.

Pára. O início do artigo ainda está mais complicado. Assim não dá. Vai ser a continuação do realismo fantástico de Saramago.

É o seguinte. (O segundo). O romancista José Saramago, militante do Partido Comunista Português, ao escrever "A Jangada de Pedra", dentro de mim durante a leitura (a viagem) explodiu na última página. Na última linha: "a vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem". A vara de negrilho (que "não é cruz") fora colocada no túmulo de Pedro Orce. Também o cajado de São José floresceu, segundo a tradição cristã. Esta associação de símbolos me fez repensar e reorganizar a saga do camarada Saramago. Assim, "A Jangada de Pedra" é o sonho e a caminhada na, pela e para a liberdade. Ora, esta é uma utopia comum aos cristãos e aos comunistas. Na saga de Saramago a Península Ibérica se liberta de uma europa que não a ama e, então, navega livre pelo mar – vocações portuguesa e espanhola desde o final do medievo. esta libertação não é só geográfica. As instituições de poder ibéricas, fragilizadas, caem, face à emergência dos pobres – outra utopia comum ao marxismo e ao cristianismo.

Neste mural muito amplo, movem-se os personagens cujo perfil a viagem oceânica que significaria a ruptura com a opressão e o salto para o absoluto. Para os cristãos, a concepção de Maria não tem esta simbologia? E no final, a maternidade de Joana Carda (e de Maria Guavaira) na misteriosa interveniência ou não de Pedro Orce (São José?) não dá um tratamento apenas humano ao mistério teológico cristão do "verbo se fez carne e habitou entre nós"?

O caminhar dos cinco principais personagens por toda Ibéria, viagens que nos seus cursos apontam para diversas direções, não será a fuga da escravidão do Egito? Canaã, no evangelho de Saramago, não será a visão do mar abissal que, agora, separa a livre Península (Insula) da Europa?

A "terra do leite e do mel" dos hebreus será a visão que consolará Pedro Orce e Joana Carda:

– "Meu Deus, a felicidade existe, disse a voz desconhecida, e pode não ser mas do que isto, mar luz e vertigem". (pág. 282)

Na escatologia cristã ou comunista é preciso acompanhamos este transformar/transformar-se. No final, ninguém é o mesmo das primeiras páginas. Nem o mundo. E mais: após a longa navegação da Ibéria (para o sudoeste, para o oeste, para o sul e o rodopiar em torno do próprio eixo, como nova rosa-dos-ventos) todas as mulheres, num dia, amanhecem grávidas. A Teologia da Libertação discute a viagem de Moisés, 40 anos no deserto, para explicar que a nova aliança de Javé seria com homens livres e não com ex-escravos do Egito. Nasceu toda uma geração nos 40 anos do deserto e os hebreus que entraram em Canaã já não tinham nada com o cativeiro do Egito. A maternidade de todas as portuguesas e espanholas, na louca navegação da Península, tem muito a ver com a gestação de um homem novo, contaminado pela histórica rejeição da orgulhosa europa aos ibéricos, considerados sócios de segunda classe.

Outras aproximações poderiam ser feitas, mas não nos limites de um simples artigo. Em cia do homem. Nem precisa dizer que a consígnia da esperança tem sido a forma de arregimentar cristãos e comunistas. Por isso eles estão vivos. Nós estamos vivos.

O diabo é que ao escrever isto, pode ser que nada destas reflexões passe pela cabeça do Saramago, hoje um dos maiores romancistas da língua portuguesa. Pode ser. Mas, ora bolas, um escritor se (re)constrói com o olhar de seus leitores. Este é o meu olhar. com ele volto a embarcar na "Jangada de Pedra" para uma releitura. Tchau.

(1) – SARAMAGO, José – Jangada de Pedra, Companhia das Letras, 1988, São Paulo.



Labim/UFRN

FILATELIA

ROSALDO AGUIAR



Carimbe com delicadeza

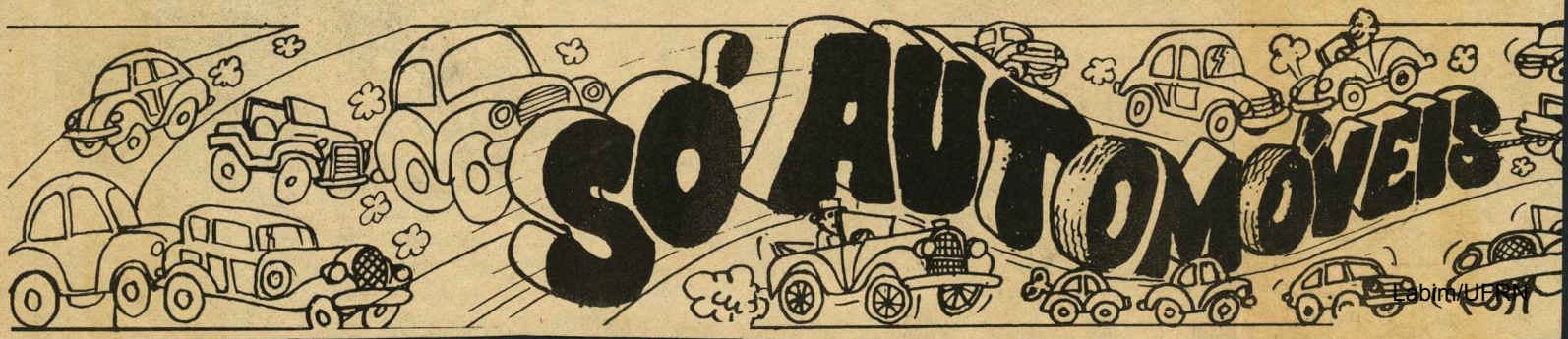
Lendo o Editorial do companheiro Edgard Lamego dos Santos, editor responsável pelo Boletim Informativo do Clube Filatélico de Niterói, RJ, publicado no nº 90/91, de fevereiro último, sobre a utilização de vários carimbos da ECT, concordamos e juntamos nossos protestos pela falta de melhor técnica que a ECT usa em seus carimbos. Os carimbos "DH", "ME", "AR", "REGISTRADO", não se encontram em nenhum envelope estrangeiro. A Assessoria Filatélica da ECT, deve saber que carimbo também faz parte da filatelia e como faz! Na Inglaterra, toda correspondência de colecionador de selos recebe um tratamento especial, principalmente na parte de obliteração. Sabemos que em vários países, há uma determinação da direção dos correios para que os filatelistas obliterem suas cartas, escolhendo o ângulo do selo. Precisamos com urgência uma determinação da Assessoria Filatélica da ECT ou mesmo para não ser tão "dedo-duro" uma circular explicando que o carimbo aposto nas correspondências dos filatelistas faz parte da coleção, demonstra que o Brasil tem desenvolvimento filatélico. Uma circular amiga aos postalistas ou mesmo aos diretores regionais para que instrua seu pessoal, não precisando a Sociedade Filatélica de João Pessoa, apelar nos seus envelopes com um quadro e os dizeres: "Amiga ECT oblitere os selos com delicadeza. Ajude a Filatelia brasileira". Esse apelo, prezado Edgard Lamego, confirma e também aprova a falta de padronização e utilização dos carimbos da nossa ECT, sem falar nos carimbos que ninguém sabe o que é, simplesmente um borrão de tinta. Outro fato que precisa ser proibido, atenção prezado Diretor Regional Manoel Teixeira Neto, temos recebidos cartas de outros países, cujo envelope é precioso para coleção, com um risco feito de lápis tinta com uma letra "R" sobre selos, endereço e tomando quase todo envelope. Será que o "erre" significa registrado? Mas, nesse caso, precisa de melhor observação, pois, há uma etiqueta do registro do país de origem, com o número do registro. Portanto, além dos carimbos DH, AR, Me, precisa a ECT abolir também o uso criminoso de riscar o envelope com um R, atingindo os selos, inclusive. Acreditamos que deva existir apenas o carimbo obliterador sobre os selos, mas com o apelo dos nossos amigos paraibanos: com delicadeza.

●●●●●●●●●●

A enquete popular feita pela Assessoria Filatélica da ECT anualmente para a escolha dos melhores selos, em 1988, foram escolhidos por mais de dez mil participantes no Brasil, os seguintes selos: 1º lugar – Brapex VII (Estação ecologica de Juréia). 2º lugar, Dia do Selo, 3º lugar, da Constituição-88; 4º lugar, Campeonato da Fórmula 1; 5º lugar, Pesquisa Cientffica da Antártida.

●●●●●●●●●●

Eleita a nova Diretoria da Federação das Entidades Filatélicas do Estado de São Paulo – FEFIESP, paa o triênio 1989/91, em eleição livre direta. Foram eleitos: Presidente Ruben Kley, Vice-Presidente Geraldo Brito; Secretário Lauro Natali; Tesoureiro Olegário Câmara; Relações Públicas Ser-



Labim/UFRN

TAXAÇÃO

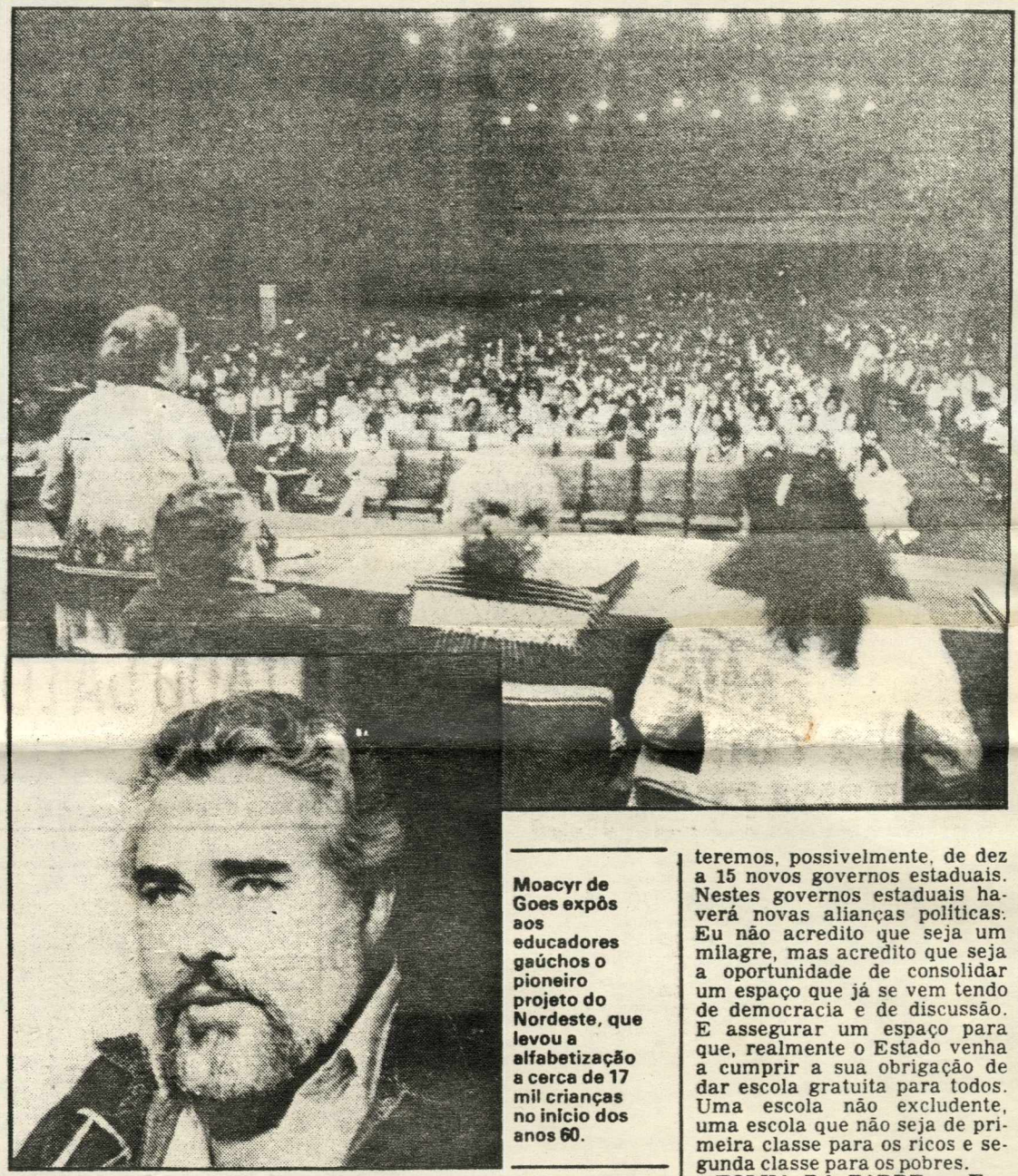
Veículo Folha da Tarde Data 22/10/82 Página 43 Release ( ) Notícia ( )

Entrevista a Carlos Alberto Pimentel

"Pés no chão", experiência de educação democrática

Natal, Rio Grande do Norte, nordeste brasileiro. Nesta região, uma das mais pobres da terra, houve uma séria tentativa de se erradicar o analfabetismo, por meios pouco convencionais em sua forma e conteúdo. Em escolas de chão de barro batido, cobertas com palhas de coqueiro, o professor Moacyr de Goes desenvolveu a campanha "De Pé no Chão", no período de 1961 - 64.

Ontem, no III Encontro Estadual de Educação, na PUC, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro lembrou a época. Apresentou um filme sobre "os Pés no Chão", que esteve enterrado, por segurança, numa fazenda no interior do Rio Grande do Norte durante dez anos. Recuperado pela Embrafilme, mostrou aos cerca de mil educadores um processo de educação popular alternativo, que — como o próprio Goes classifica — "não era revolucionário, mas inovador". Com a revolução de 1964, o projeto foi desativado e seus planejadores presos e, mais tarde, expulsos do País. Com a anistia, Goes retornou ao Brasil.



Moacyr de Goes expôs aos educadores gaúchos o pioneiro projeto do Nordeste, que levou a alfabetização a cerca de 17 mil crianças no início dos anos 60.

FOLHA DA TARDE — A experiência dos "Pés no Chão" pode ser situada em que movimento da educação de base no País?

Moacyr de Goes — O processo de resgatar a experiência dos "Pés no Chão" foi um compromisso que eu, pessoalmente, procurei assumir em função de todos aqueles companheiros que foram deixados pelo caminho na época mais difícil, recentemente, da vida brasileira.

A experiência é uma parte de todos aqueles movimentos surgidos no início dos anos 60, no bojo da crise do estado populista, na crise do modelo de impantação da substituição das importações.

A educação dos anos 60 nasceu em 1958, no Congresso de Educação de Adultos, quando Paulo Freire defendeu a tese "educação **com**, e não educação **para**". Esta proposta se concretizou no que, hoje, nós estamos chamando de "os quatro movimentos pioneiros de educação popular dos anos 60: o movimento de cultura popular; os Pés no Chão, em Natal; o Movimento de Educação de Base, resultado de convênio da Igreja Católica com o governo Federal e o CPC — Centro Popular de Cultura, da UNE.

Estes quatro movimentos tiveram uma rápida proliferação. Tanto assim que, em setembro de 63, em Recife, no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, nós encontramos mais de 40 organizações que, no Brasil todo, já trabalhavam ao nível de alfabetização e cultura popular.

FOLHA DA TARDE — O populismo, então no auge, facilitava.

Moacyr de Goes — "As condições políticas da época permitiram a emergência de formas alternativas de trabalho em educação. Foi também uma forma de questionar a educação por dentro. Foi também uma forma de levantar a bandeira da escola pública; da responsabilidade do Estado e dos movimentos populares em assumirem a educação".

FOLHA DA TARDE — "Os Pés no Chão" representavam então uma corrente de vanguarda na educação, como muitas expectativas. Até que ponto isso caminhava dentro da realidade?

Moacyr de Goes — Hoje, passados vinte anos, eu diria que ele foi meio messiânico. Acreditava - se que a educação seria o grande motor transformador. Acredito mesmo que se tenha assumido posições ingênuas.

FOLHA DA TARDE — O que marcou os anos 60, na educação?

Moacyr de Goes — Enquanto nos anos 70 nós vamos encontrar a teoria da reprodução, nos anos 60 a educação passa mais pelo desenvolvimento isebiano (ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros); passa pela conscientização de Paulo Freire; passa pela influência de revolução cubana; passa pelo Concílio Vaticano II, que liberou os católicos para uma posição mais agressiva no campo político, com alianças dos católicos com segmentos da esquerda brasileira. É por aí que eu vejo o pensamento mais avançado dos pedagogos, dos educadores da época.

FOLHA DA TARDE — É então que surge Paulo Freire com uma proposta de aperfeiçoamento da consciência, tornando - a mais crítica.

Moacyr de Goes — Se você pegar o pensamento de Paulo Freire — que eu acho que é a figura representativa do período mais significativa —, estudando a história dentro de uma postura antropológico - cultural, ele vai identificar, por exemplo, uma sociedade fechada, que estava à procura de abertura. Ele transfere esta experiência histórica para um processo de antropologia cultural no estudo da consciência. De uma consciência ingênua, o homem deveria ser trabalhado para o aperfeiçoamento de uma consciência crítica. E por aí passa o pensamento pedagógico.

FOLHA DA TARDE — E a influência do ISEB?

Moacyr de Goes — No pensamento ao nível político, um dos grande motores da época era o ISEB, a teoria do desenvolvimentismo, que vinha do cepalismo. O ISEB não tinha uma proposta socialista. Ele tinha uma proposta de capitalismo nacional. Então, vinha toda aquela teoria, de Vieira Pinto, da alienação. Pelo ISEB, a gente vê passar algumas coisas, como por exemplo a afirmação do nacionalismo e nisso uma denúncia muito forte de imperialismo, ao nível econômico.

FOLHA DA TARDE — O populismo cooptava aspirações populares e respondia, não raro, de modo a atender em parte a esses desejos. A educação, como se situava então?

Moacyr de Goes — Guiomar de Mello, no V Encontro Nacional de Supervisores em Educação no Rio, realizado em outubro, disse: "O critério para qualificar o **que é** e o **que não é** popular (conseqüentemente, se atende ou não atende às reivindicações das classes populares, ou se o populismo foi apenas um instrumentalizador das classes dominantes), deve ser, sobretudo, prático, portanto histórico. Será pelo resultado concreto das difentes práticas educativas, tanto as que aconteceram dentro do ensino formal como as que se colocaram fora ou alternativamente a ele. Este poderá decidir até que ponto determinada forma de processo educacional se realizou mais ou menos favoravelmente às necessidades e interesses do povo".

Então, na minha experiência, que foi "Pé no Chão", que é representativo da época, que é que eu vejo? Eu vejo, antes do "Pé no Chão" um colapso, em Natal. O povo não tinha escola. O povo reivindicava escola através dos comitês populares nacionalistas, surgidos nas campanhas de 60. "Pé no Chão" foi a resposta a esta reivindicação. Assegurou escola. Veio 64, destruiu "Pé no Chão". Estatísticas demonstram que, depois de 64, caíram as matrículas nas escolas públicas em Natal. Diminuíram, porque "Pé no Chão" foi destruído.

Isto me faz ver que, apesar de ser um caminho quase formal de educação, "Pé no Chão" respondeu a uma necessidade daquele local, daquele momento.

FOLHA DA TARDE — Pé no Chão foi uma pedagogia revolucionária?

Moacyr de Goes — Não acredito que tenha sido. Acho que foi uma pedagogia alternativa, que a classe burguesa sempre ofereceu. Ela oferece rupturas no pensamento colonizador - colonizado. Ela oferece rupturas com a escola acadêmica normal; ela cria uma proposta profundamente inovadora.

FOLHA DA TARDE — Como fica a questão da educação hoje?

Moacyr de Goes — A questão da educação hoje, é retomar a bandeira de luta da escola pública gratuita. Nós temos que partir deste dado essencial, porque, às vezes, a gente fica lutando por alguma coisa, o que é muito bonito, mas que não é o essencial. Precisamos dar escola pública gratuita; fazer com que o Estado cumpra a sua obrigação constitucional de assegurar a escola de oito anos.

Nesta transição que estamos vivendo, 15 de novembro vem aí. No dia 16 de novembro nós teremos, possivelmente, de dez a 15 novos governos estaduais. Nestes governos estaduais haverá novas alianças políticas: Eu não acredito que seja um milagre, mas acredito que seja a oportunidade de consolidar um espaço que já se vem tendo de democracia e de discussão. E assegurar um espaço para que, realmente o Estado venha a cumprir a sua obrigação de dar escola gratuita para todos. Uma escola não excludente, uma escola que não seja de primeira classe para os ricos e segunda classe para os pobres.

FOLHA DA TARDE — E o papel do educador nesta proposta?

Moacyr de Goes — O educador eu vejo com um triplice papel. 1. O educador dentro de sua sala de aula. Ele é um profissional. Tem de fazer um ensino melhor hoje, do que fez ontem. Tem de brigar por isso. Um ensino de melhor qualidade, um ensino não excludente.2. O educador dentro do seu sindicato, dentro de seus órgãos de classe, onde vai brigar às vezes até pela sobrevivência de sua categoria, tão esmagada hoje está. 3. O educador no partido político e dentro do partido político, fazendo com que o partido formule uma política de educação.

Nos anos 60, nós tivemos educadores voltados muito para o voluntarismo. Eles eram os motores da educação. Nos anos 70, a teoria da reprodução foi vista dentro de uma ótica mecanicista. A escola era apenas a reprodução da sociedade, não havendo espaço para um trabalho de transformação da sociedade. O pêndulo dos anos 80 vai tender para um certo equilíbrio. Nós somos os motores da História; nós, educadores, temos de reconhecer que este papel é da classe operária. O que nós podemos ser é intelectuais orgânicos dela.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

POR UMA POLÍTICA EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E TERCEIROMUNDISTA

Formular a política educacional do Rio de Janeiro não é uma coisa complicada. As carências são tão visíveis que as propostas devem ter a transparência do bom senso. O parâmetro — não há como fugir — é o do Terceiro Mundo. Guardadas, evidentemente, as especificidades, as grandes questões da educação estão postas, da forma assemelhada, na América Latina, Ásia e África.

Cabe, então, de uma forma simples, formular alguns princípios que mostrarão o processo educativo do Município, quando possível. Em outras palavras, deve o Secretário Municipal de Educação dizer a que veio, isto é, explicar e discutir a sua proposta para e com os cidadãos — principalmente no que se refere a alunos, professores, técnicos, pais de alunos e funcionários das escolas municipais.

Ao fazer isto no Dia do Professor, presto minha homenagem ao mais significativo ator do espaço educativo, fiel às palavras de Anísio Teixeira quando dizia que "as escolas são os seus professores".

2 — Tenho afirmado que trabalhei, com a minha equipe, em torno de três eixos:

1 — Mais educação;
2 — Melhor educação;
3 — Educação mais democrática.

Estas linhas-de-força são válidas para o Paraguai, Brasil, México, Cuba, Nicaraguá, Angola ou Índia — por isso afirmo que este é um programa terceiromundista.

No que se refere à especificidade brasileira estas propostas traduzem questões-não-resolvidas e desvelam os seguintes desafios:

• enquanto a demanda for maior do que a oferta de matrículas, isto é, enquanto existirem crianças fora da escola, haverá necessidade de mais educação;

• enquanto a educação não responder às demandas qualitativas do processo sócio-político-econômico, isto é, enquanto a escola pública, gratuita, laica e democrática não for eficiente e eficaz, haverá necessidade de MELHOR EDUCAÇÃO;

• enquanto perdurarem, na sociedade, as formas autoritárias de poder (heranças de um recente processo escravista de produção e de em recentíssimo modelo de ditadura tecnocrático-civil-militar), isto é, enquanto existir a violência instalada e institucionalizada, haverá necessidade de UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA:

3 — A Secretaria Municipal de Educação, ao operacionalizar os três eixos, já fixou algumas prioridades:

• MAIS EDUCAÇÃO se traduz em tentar eliminar o terceiro turno e fazer a "chamada escolar", aspirando assegurar matrículas para todos. Isto implica em aumentar a capacidade instalada, construção de salas de aulas dotadas de equipamentos e otimização de recursos humanos, com remanejamento de professores e funcionários. Viabilizar o Primeiro Grau Noturno para adolescentes, adultos também asseguraria MAIS EDUCAÇÃO. Isso, todavia, custa dinheiro e há que buscá-lo fora dos cofres da Prefeitura.

• MELHOR EDUCAÇÃO significa melhores condições materiais de ensino e, principalmente, mais alta qualificação do magistério. Aqui, terá a Secretaria um grande parceiro para enfrentar o desafio: a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Programa de aperfeiçoamento do magistério já está delineado e o "Comitê Educação Municipal — UFRJ", recentemente criado, nas formas interinstitucional e interdisciplinar enfrentará a questão da MELHOR EDUCAÇÃO. Em pauta de discussão encontra-se, também, um programa Educação-Saúde.

• EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA será resultado de MAIS EDUCAÇÃO E MELHOR EDUCAÇÃO, naturalmente. Todavia, não se esgota aí. Há que se democratizar a sala de aula (relação professor-aluno) e as estruturas de poder (relação Secretaria-Escola). A melhoria da qualidade de ensino permeia e é objetivo desta proposta democratizante. Daí o processo, já em andamento, das eleições dos diretores de escolas. Se este processo for concretizado com espírito e competência — conforme espero — a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro terá dado uma contribuição valiosa ao ensino democratizante da sociedade civil, que vem fazendo recuar o estado autoritário, desde as eleições de 1974. Por outro lado, ao realizar um processo democrático das



eleições diretas de diretores de escola, com ampla participação de todos os segmentos sociais responsáveis, a Secretaria estará, mais uma vez, demonstrando, na prática a sua aliança com o movimento organizado da categoria dos professores das escolas públicas, isto é, com a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e seu afiliado, o Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ).

4 — A política é uma atividade profundamente dinâmica. Por isso o seu acompanhamento requer 24 horas de avaliação, diariamente. A arte em política é perceber quando ocorre um salto qualitativo, quando a proposta se moderniza e aponta para maior participação da sociedade civil no âmbito do Estado, isto é, quando se aproxima mais da democracia.

Falo, evidentemente, para os homens e mulheres que resistiram à ditadura tecnocrático-civil-militar, que acreditam que a democracia é um bem em si mesmo e se engajam num processo político coletivo, acima de interesses individuais.

A atual conjuntura política do Rio de Janeiro, na perspectiva da construção da FRENTE RIO, parece-me ser um momento de avanço das forças democráticas, progressistas e modernas.

Daí a apresentação destas linhas gerais, por uma política educacional democrática e terceiromundista, apesar de uma inédita e terrível crise financeira e em meio a uma tentativa interna de desestabilização institucional da Escola Pública no Município do Rio de Janeiro. A proposta é modesta, mas coerente e compatível com a duração do mandato do Prefeito que se encerrará dentro de 14 meses.

Acredito que a semente ficará plantada nesta terra arada pelo espírito público e pelo compromisso democrático da administração Saturnino Braga e frutificará nos novos tempos futuros do Rio.

Moacyr de Góes
Secretário Municipal de Educação

JORNAL DA EDUCAÇÃO RT
SEC. MUNIC. ED. - OUT/NOV. 1987

Labim/UFRN

Diretas chegam às escolas: voto indicará os d

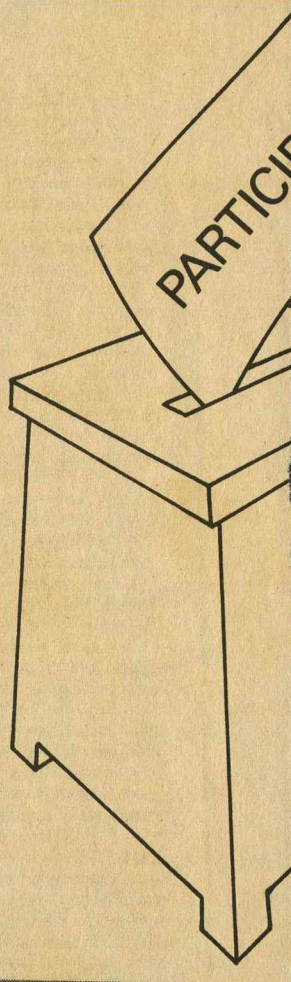
Uma antiga reivindicação da comunidade vai, finalmente, se tornar realidade: a Secretaria Municipal de Educação promoverá, ainda neste ano de 1987, eleições para o cargo de diretor de escola pública, visando garantir no próximo ano letivo escolas com direções eleitas. As normas e critérios do processo eleitoral estão em fase de discussão com a participação de todos os segmentos envolvidos, através de suas entidades representativas.

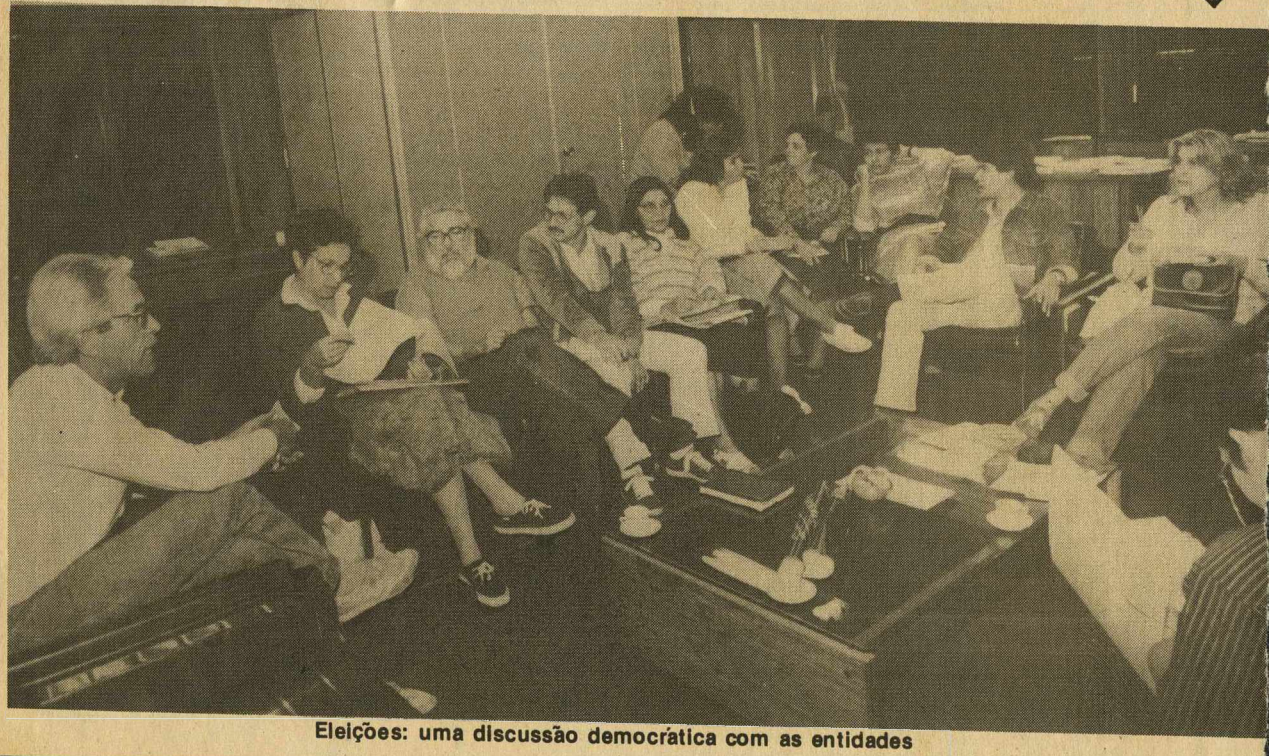
As eleições para diretores de escolas municipais, um dos compromissos assumidos pelo Prefeito Saturnino Braga, foram defendidas pelo Secretário Municipal de Educação, Professor Moacyr de Góes, logo no dia de sua posse, quando ressaltou, em discurso, a necessidade de democratizar as escolas. Em menos de um mês, desde que assumiu, o Secretário partiu para a ação e convidou, para debater o assunto, o Centro Estadual de Professores (CEP), a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e o Sindicato dos Professores (SINPRO).

Representantes da maioria destas entidades vêm realizando reuniões, juntamente com o Professor Moacyr de Góes e dirigentes de diversos setores da SME, para definir meios de agilizar a discussão, bem como buscar formas de efetivar a participação de professores, alunos, funcionários e comunidade na definição do processo político e normativo das eleições diretas. A forma final deverá surgir a partir das propostas apresentadas nas discussões das bases.

Através das reuniões, definiu-se uma Comissão de Sistematização, composta por 2 membros de cada uma das entidades envolvidas e um cronograma preliminar das eleições, o qual ainda deverá ser referendado.

Contudo, para garantir uma prática efetivamente democrática, é fundamental a participação de todos nas discussões coletivas do processo eleitoral já em curso.





Eleições: uma discussão democrática com as entidades

Labim/UFRN

UM DESPERTAR DE INTERESSE NOS MOVIMENTOS INTERROMPIDOS HÁ 19 ANOS

Resgata-se a memória dos anos 60

Moacyr de Góes

A geração que fez os anos 60 começa a organizar a sua memória. Ao mesmo tempo, constata-se o grande interesse das gerações mais novas em conhecer esse período cujos registros históricos foram truncados pelo estado autoritário. Também gerações que amadureceram em períodos mais recentes estão com a mesma preocupação.

As constatações são feitas pelos dois eventos ocorridos em Natal e no Rio de Janeiro nos últimos meses de abril e maio: O Seminário "Educação e Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte na década de 60" e o lançamento do filme de Hugo Carvana "Bar Esperança, O último que Fecha". Quanto ao último, a crítica cinematográfica vem recebendo com carinho o registro da travessia de uma geração da Zona Sul do Rio de Janeiro rumo às noites da década de 70 e início dos anos 80. Quanto ao primeiro, da claridade nordestina do amanhecer dos anos 60, quando os educadores assumiram um papel de agentes positivos de uma transformação social. Depois, também lá, caiu a noite e as coisas não se passariam muito diferentes daquelas que seriam vivenciadas mais tarde no Bar Esperança — **felizmente**, o último que fecha...

É uma tarefa urgente de historiadores, documentalistas e memorialistas o resgate da memória dos anos 60 no Brasil. Pois, é do seu estudo que as gerações mais novas vão construir o pensamento acadêmico de compreensão e interpretação do Brasil de hoje.

Dreyfus (**in** "1964: a conquista do Estado" coloca muito bem a crise dos anos 60: crise econômica, face ao impasse do modelo de substituição das importações e crise política diante da exaustão do Estado populista. E nesse clima, o grande confronto gerado ideológicamente pelo Ipes: o bloco nacionalista-reformista (Governo Goulart e suas alianças (**versus** o bloco conservador-modernizante (a burguesia brasileira assumindo o chamado capitalismo associado).



Quando De Pé no Chão frontalizou, politicamente, a "Aliança para o Progresso", financiadora do sistema educacional do Governo

Nessa moldura histórica, desenvolveram-se formas alternativas de educação — os conhecidos movimentos de cultura popular e/ ou de educação popular que, a partir do Nordeste (com exceção do CPC da UNE), apontaram na direção de uma educação com o povo, superando a forma conservadora (e ainda vigente, majoritariamente, no Brasil) de educação **para** o povo.

Paulo Freire, já indicara este caminho desde 1958, quando o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Hoje já existe uma razoável bibliografia que resgata historicamente estes movimentos — pelo menos no que se refere aos quatro pioneiros: o Movimento de Cultura popular (Administração do Prefeito Miguel Arraes, no Recife), Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler (Administração do Prefeito Djalma Maranhão, em Natal), Movimento de Educação de Base, MEB (Convênio da Igreja Católica com o Governo Federal(e Centro Popular de Cultura, CPC (criado pela UNE — União Nacional dos Estudantes).

O Seminário realizado em Natal, foi assim, um momento importante para estudo, depoimentos, interpretações e registros desses anos 60, de cuja compreensão o nosso pensamento acadêmico é tão carente.

UM SEMINÁRIO CRÍTICO

O seminário "Educação e Movimentos Sociais no RN na década de 60" foi promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelos Mestrados e Departamentos de Ciências Sociais e Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e contou com o decisivo apoio intelectual e material da Adurn — Associação de Docentes daquela Universidade Nordestina.,

O programa foi desenvolvido em grupos de trabalho, painéis e sessões plenárias, de 25 a 29 de abril, no Teatro Alberto Maranhão e no Palácio dos Esportes Djalma Maranhão, em Natal, contando com um público médio diário de 2.000 pessoas, na sua maioria de jovens.

Enquanto os depoimentos de lideraças que participavam das experiências ocorreram no período da tarde, em forma de painéis, as comunicações que resgataram históricamente os movimentos se fizeram no expediente da manhã, através das seguintes mesas-redondas:

1ª Mesa Redonda:
Tema: O Movimento de Natal. **Integrantes da Mesa:** Alceu R. Ferrari — UFRS; Cândido Procópio Ferreira de Camargo — PUC-SP/Cebrap; Mons. Expedito Sobral de Medeiros — Arquidiocese de Natal e Otto de Brito Guerra — UFRN

2ª Mesa Redonda.
Tema: Movimento de Educação de Base. **Integrantes da Mesa:** Hermano Ferreira Machado — UFRN; Luiz Eduardo Wanderley — PUC-SP; e Maria José — MEB.

3ª Mesa Redonda. Tema: Sindicalismo Rural, **Integrantes da Mesa: Dalci Cruz — UFRN; Élide** Rugai Bastos — PUC SP; Francisco Urbano — FETARN e Maria Julieta Calazans — FGV.

4ª Mesa Redonda. Tema: A Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler". **Integrantes da Mesa:** José Willington Germano — UFRN; Moacyr de Góes — UFRJ; Pretextato José da Cruz — Mov. Sindical e Raimundo Vossio Brígido — Mestrando da Universidade de Austin — EUA

5ª Mesa Redonda.
Tema: A Experiência de Angicos, **Integrantes da Mesa:** Carlos Lira — UFRN, Celso de Rui Beisiegel — USP e Paulo Freire — PUC — Sp/Unicamp.

O Seminário caracterizou-se por uma ampla e aberta discussão e muitos depoimentos foram não apenas polêmicos, mas, também reveladores da conjuntura da crise sócio-político-econômica da época e das estruturas rígidas e atrasadas da oligarquia nordestina, particularmente, da oligarquia do Rio Grande do Norte.

Constatou-se que, quando da implantação do sindicalismo no campo, somente aos Padres era permitida a entrada nas propriedades para a discussão com os camponeses. E, depois, até mesmo essa presença da Igreja foi obstaculizada pelos proprietários de terras.

Expedito Sobral de Medeiros chegou a ser comovente, quando explicitou a distância do "país legal" e o esforço do chamado "Movimento de Natal", da Igreja Católica, para o cumprimento do mínimo assegurado pela Lei brasileira ao campo. Ainda em relação ao trabalho desenvolvido pela Igreja no Rio Grande do Norte, nas mesas do MEB e do Sindicalismo Rural, ficou patente a dificuldade da Arquidiocese em articular esforços com outros agentes sociais prómudanças de estruturas, que seriam os seus aliados naturais. Ao contrário, ocoreram alguns enfrentamentos com a Ligas Camponesas de Francisco Julião e com os Sindicatos de tendências marxistas. Ficou claro, no entanto, que o engajamento da Igreja, na sindicalização rural foi decisivo em favor da causa camponesa, porque "batizou" a luta pela organização dos trabalhadores agrícolas, dificultando a reação dos proprietários de terras.

Ainda no âmbito da Igreja, foi discutida a questão do MEB (Movimento de Educação de Base) que chegou a ser a experiência de educação popular que alcançou, geográficamente, as maiores áreas do território nacional e que, também, é oriundo de Natal. Na sua comunicação, o Professor Luís Eduardo Wanderley (que recentemente defendeu na PUC/SP uma tese sobre o assunto (destacou o processo do MEB que cada vez mais passou à órbita de decisão dos leigos, distendendo o cordão umbilical de origem que foi a hierarquia.

Na discussão do papel dos leigos, emergiu a questão do surgimento da AP (Ação Popular) na primeira metade dos anos 60.

Para a especificidade do Rio Grande do Norte, todavia, onde fica mais nítido o papel da AP é na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, como ficou demonstrado no Seminário. Na Mesa Redonda de "De Pé no Cão", os participantes discutiram a questão do processo desenvolvimentista do Sul do País; as alianças políticas potiguares (a corrente política de Djalma Maranhão e a oligarquia do Rio Grande do Norte), e, numa moldura histórica dos anos 60, a Campanha De Pé no Chão. Esta foi situada com a *praxis* da escola pública, gratuita, a laica, e como movimento de educação popular. A interpretação desta dupla vertente na especificidade do movimento foi explicada pelo fato de a Campanha, ideologicamente, ter-se organizado como uma frente política de liberais, marxistas e cristãos de esquerda (AP).

Dos marxistas e liberais terá herdado a política de defesa da escola pública, gratuita, e laica; dos cristãos de esquerda, a formulação de um programa de educação popular, ainda influenciada pelo MCP de Pernambuco (Paulo Freire) e CPC da UNE.

A Mesa Redonda De Pé no Chão projetou, ainda, um filme documentário da Campanha, produzido pelo MEC em 1962, além de slides e fitas gravadas produzidos pela família do Prefeito Djalma Maranhão e que hoje constituem documentação do acervo da Comissão de Justiça e Paz do Rio Grande do Norte.

A última Mesa Redonda foi dedicada à experiência de Angicos e o educador Paulo Freire foi aclamado, de pé, por mais de 2.000 pessoas.

Angicos, município do interior do Rio Grande do Norte, foi palco da fase decisiva dos experimentos de Paulo Freire. O curso foi encerrado pelo Presidente João Goulart, e, a partir daí, o Governo Federal assumiu a implantação do método em todo o país.

Desde 1964, Paulo Freire não voltará ao Rio Grande do Norte — daí o tom emocional que cercou a sua participação, que encerrou os trabalhos do Seminário.

Os organizadores do evento gravaram todas as comunicações e debates que serão, brevemente, publicados.

Com este seminário, a geração que fez os anos 60 no Brasil deu mais um passo para o resgate de sua memória histórica.

POR QUÊ NOS CURSINHOS DE PRÉ-VESTIBULAR DIFICILMENTE A MULHER É ADMITIDA?

Labim/UFRN